

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/08/2012 a 31/08/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Dilma defende 'nova etapa' do Mercosul com Venezuela. Flávia Marreiro, Flávia Foreque e Kelly Matos – Folha de São Paulo, Mundo. 01/08/2012.....	4
Chávez nega oportunismo político ao colocar Venezuela no Mercosul. Lisandra Paraguassu, Tânia Monteiro e Rafael Moraes Moura – O Estado de São Paulo. 01/08/2012.....	5
Bienvenido, Chávez. Eliane Oliveira, Junia Gama e Luiza Damé – O Globo. 01/08/2012	6
Sem rumo no Mercosul – Folha de São Paulo, Editorial. 02/08/2012.....	7
O melhor e o pior de Chávez. Miriam Leitão – O Globo. 02/08/2012	8
Mercosul: Integração e desenvolvimento. Luciano Wexell Severo (*) e Paulo Vitor Sanches Lira (**). – Carta Maior. 04/08/2012	9
Mercosul deixa de ser um projeto centrado no Cone Sul. Antônio José Ferreira Simões (entrevista) – Carta Maior. 05/08/2012.....	11
Brasil e Chile reúnem-se para avançar em negociações comerciais. Carlos Mota – Site do MAPA. 06/08/2012	17
Mercosul avalia financiamento de projetos sociais – Site do MDS. 09/08/2012.....	18
Paraguai cogita não vender energia ao Brasil – O Estado de São Paulo. 09/08/2012....	18
Mais que carta de intenções. Malu Nunes – Valor Econômico. 09/08/2012.....	19
Paraguai quer renegociar o valor pago pelo Brasil. Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Mundo. 10/08/2012.....	21
Itaipu está 'blindada' contra política, garante diretor paraguaio da usina. Roberto Simon - O Estado de São Paulo. 10/08/2012	23
Brasil apoia uso de Itaipu pelo Paraguai. Sergio Leo – Valor Econômico. 10/08/2012..	24
Brasil rejeita negociar Itaipu com Paraguai. Flávia Marreiro – Folha de São Paulo, Mundo. 11/08/2012.....	25
Brasil, o vencedor na ampliação do Mercosul – O Estado de São Paulo. 12/08/2012 ...	26
Venezuela vacila ao entrar no Mercosul. Sergio Leo – Valor Econômico. 13/08/2012..	28
Brasil participa de discussões na OIE. Mônica Bidese – Site do MAPA. 14/08/2012 ...	29
G-20 avalia alta dos alimentos. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/08/2012	30
Alta dos grãos entra na pauta do G-20. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/08/2012	30
Brics iniciam debate sobre criação de um banco de desenvolvimento. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/08/2012	32
A presidência brasileira do Mercosul. Rubens Barbosa – O Estado de São Paulo. 14/08/2012.....	32
Presidentes discutem mudanças para aumentar a competitividade do país – Site da CNA. 15/08/2012.....	34
Mercosul versus a nova Alca versus a China. Samuel Pinheiro Guimarães – Carta Maior. 17/08/2012.....	35
Descaminhos do Mercosul. Celso Lafer - O Estado de São Paulo. 19/08/2012	39

Missão técnica do Brasil e Paraguai se reúne na fronteira. Mônica Bidese – Site do MAPA. 21/08/2012	41
Argentina vive guerra comercial na OMC. Assis Moreira e César Felício – Valor Econômico. 22/08/2012	42
Itaipu: imperialismo às avessas. Claudio Sales – Folha de São Paulo, Opinião. 24/08/2012.....	43
Alemanha quer aprofundar as relações agrícolas com o Brasil – Site da CNA. 28/08/2012.....	44
Câmbio na OMC. Vera Thorstensen – Valor Econômico. 28/08/2012	45

Dilma defende 'nova etapa' do Mercosul com Venezuela. Flávia Marreiro, Flávia Foreque e Kelly Matos – Folha de São Paulo, Mundo. 01/08/2012

Presidente enfatiza benefícios econômicos da entrada de Caracas no bloco. Cúpula em Brasília, sem a participação do suspenso Paraguai, oficializou o ingresso do país de Chávez no grupo.

A presidente Dilma Rousseff defendeu que a integração da Venezuela ao Mercosul, selada ontem em Brasília, inicia uma "nova etapa" no bloco, que se transforma em potência alimentar e energética. Ela prometeu exibir "resultados concretos" na adaptação do país às regras do grupo até dezembro.

O discurso de Dilma, momentos depois de acertar a compra de seis jatos da Embraer pela Venezuela (leia texto nesta página), enfatizou as razões econômicas para a incorporação - criticada por acontecer à revelia do Paraguai, suspenso do bloco desde o impeachment de Fernando Lugo, em junho.

Segundo o assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, a meta é encurtar de quatro anos para seis meses os passos para a plena adesão de Caracas, que vão desde mudanças tarifárias até padronização de código de 11 mil produtos e adoção de normas legais comuns do bloco.

"Vamos ver se resolvemos nos próximos seis meses. Até 1º de janeiro de 2013, queremos ter plenamente realizadas as metas de ingresso da Venezuela", disse.

A aposta é alta, e o próprio Itamaraty admite que há processos difíceis de serem acelerados em tão pouco tempo.

O embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilién Sánchez, disse que a Venezuela está comprometida com a aceleração e que o processo "não começa do zero", já que vários pontos vinham sendo negociados desde 2009.

Enquanto Dilma preferiu frisar as vantagens econômicas da adesão, seus colegas de bloco escolheram comparações históricas e a contraposição do Mercosul com as associações de países ricos.

Para Hugo Chávez, o ingresso representa para o país a "maior oportunidade histórica em 200 anos".

"O ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercado Comum do Sul tem alguma semelhança com o dia em que este povo do Brasil elegeu como seu presidente Luiz Inácio Lula da Silva [em 2002]", discursou.

Ele usou a cerimônia no Planalto, da qual participaram também Cristina Kirchner (Argentina) e José Mujica (Uruguai), para defender seu país dos críticos que lhe chamam de "neoditadura" e "regime autocrático": disse que processo democrático do país "amadureceu muito" e convidou empresas a investirem na Venezuela.

PARAGUAI

Coube à anfitriã Dilma Rousseff referir-se ao incômodo do isolamento do Paraguai, repetindo que o bloco não vai impor sanções econômicas ao país.

"Nossa perspectiva é que o Paraguai normalize sua situação institucional interna para que possa reaver seus direitos plenos no Mercosul", disse a presidente.

Em comunicado, o Paraguai classificou como "ilegal" e um "atropelo inaceitável" a incorporação da Venezuela sem o consentimento do país.

No texto, a chancelaria do país considera o texto assinado em Brasília uma "grosseira violação" ao Tratado de Assunção -que instituiu o bloco-, sem efeito legal.

A expectativa é que o Paraguai seja readmitido no bloco após as eleições de 2013.

Chávez nega oportunismo político ao colocar Venezuela no Mercosul. Lisandra Paraguassu, Tânia Monteiro e Rafael Moraes Moura – O Estado de São Paulo. 01/08/2012

Quatro presidentes anunciaram ontem em Brasília que o Mercosul agora tem cinco integrantes. Questionado sobre o peso da ausência do Paraguai na ampliação, o líder do mais novo membro do bloco, Hugo Chávez, disse que não houve oportunismo político no ingresso venezuelano. O país passou a integrar o grupo só depois da suspensão paraguaia, sob alegação de que o impeachment do presidente Fernando Lugo, há 40 dias, contrariou uma cláusula democrática do bloco.

Questionado pelo Estado se a Venezuela não havia aproveitado uma brecha para ingressar no Mercosul, Chávez respondeu: "De maneira nenhuma. Suponha que, em um jogo de futebol, suspenderam o Pelé por uma falta e deram-lhe cartão vermelho. E aí o Brasil não pode marcar os gols necessários para ganhar uma partida. E alguém diz, 'Mas o Pelé não jogou'. Bom, o Pelé estava suspenso. O Paraguai está suspenso, não é parte do Mercosul agora", disse.

Chávez disse que lamenta os desdobramentos políticos no Paraguai - que na prática permitiram a associação de Caracas ao bloco, pois o Congresso paraguaio era o único entre os países do Mercosul a vetar a adesão. "Jamais pensamos que o governo constitucional do companheiro Lugo terminaria com um golpe de Estado como o que ocorreu", afirmou. Para o presidente da Venezuela, se alguém o acusar de oportunismo será a "extrema direita do Paraguai". "A Venezuela entrou no Mercosul porque tinha de estar e tem de estar."

Chávez participou por quase duas horas de um encontro fechado com a presidente Dilma Rousseff e seus colegas do Uruguai, José Mujica, e da Argentina, Cristina Kirchner. Eles discutiram os próximos passos da integração venezuelana e a situação paraguaia. Dilma aproveitou para reforçar sua intenção de ampliar o Mercosul - uma ideia que ganhou apoio explícito de José Mujica.

Para o Itamaraty, juridicamente, essa mudança é impossível. Entre os presidentes, no entanto, a impossibilidade não é tão categórica. Em seus discursos, o ingresso venezuelano foi tratado como uma questão de sobrevivência econômica do bloco - dando a entender que ocorreria de qualquer forma, e não é consequência direta da suspensão paraguaia. "O que não cresce, perece. Estamos obrigados a buscar uma incidência maior do que a de hoje", defendeu o presidente

uruguaio. "Temos de buscar formas inteligentes de incorporar. Temos de abrir a cabeça, porque quando a coisa está demasiadamente fechada, rígida, cheia de regras, não funciona."

"Há tempos desejamos um Mercosul ampliado em suas fronteiras e com capacidades acrescidas", afirmou Dilma. "Foi com esse propósito que assinamos, em 2006, o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Bloco, instrumento que entrará em vigor formalmente no dia 12", completou.

Dilma quer atrair para o bloco especialmente Colômbia, Chile e Peru. Os três trariam mais de US\$ 1 trilhão ao Produto Interno Bruto do grupo. Todos têm hoje acordos de livre comércio com os EUA, o que impede sua entrada no Mercosul. "Podemos examinar se podemos criar mecanismos que aprofundem a possibilidade de países que não estão formalmente nas normas do Mercosul possam estar", afirmou o assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia.

Os candidatos hoje a uma vaga no Mercosul são Bolívia, Equador, Suriname e Guiana. Juntos, os quatro acrescentariam apenas US\$ 200 bilhões ao PIB do bloco. Dilma gostaria, também, de mercados mais ativos, sem abrir mão do Paraguai.

"O governo brasileiro, assim como os demais países que integram o Mercosul, apresentaram com toda a clareza nossa visão no que se refere à situação no Paraguai. O que moveu a totalidade da América do Sul foi o compromisso inequívoco com a democracia", afirmou. "Nossa perspectiva é que o Paraguai normalize sua situação institucional interna para que possa reaver seus direitos plenos no Mercosul."

Bienvenido, Chávez. Eliane Oliveira, Junia Gama e Luiza Damé – O Globo. 01/08/2012

Mercosul formaliza entrada da Venezuela, que vê oportunidade de diversificar economia

Após formalizar a adesão definitiva da Venezuela como membro pleno do Mercosul, o presidente Hugo Chávez disse ontem que a medida fará com que os venezuelanos se livrem mais rápido do que chamou de "modelo petrolífero". Chávez destacou que o ingresso dado à nação andina ajudará na criação de indústrias dos mais variados setores, diminuindo a dependência venezuelana do setor petrolífero.

Para a presidente Dilma Rousseff, o desafio do Mercosul neste semestre é combinar ações para fazer frente à crise econômica internacional. Segundo ela, com a entrada da Venezuela, o Mercosul se transforma na quinta economia mundial, atrás de EUA, China, Japão e Alemanha.

- O Brasil, na condução dos trabalhos do Mercosul neste semestre (o país está na presidência pro tempore), tem responsabilidades acrescidas. Temos não apenas de manter o bom funcionamento do bloco, mas levar adiante, em coordenação com nossos países parceiros, iniciativas que possam contribuir para fazer face ao grave quadro da economia internacional - disse a presidente. - (O ingresso da Venezuela) tem um significado histórico. A Venezuela torna-se o quinto Estado no bloco. Há tempos desejávamos um Mercosul ampliado em suas fronteiras e com capacidades acrescidas.

Dilma mencionou a suspensão do Paraguai do Mercosul e reafirmou que o bloco é contra sanções econômicas àquele país. Ela disse que foram mantidos os fluxos econômicos com o

Paraguai e os investimentos no país. O Paraguai está suspenso do Mercosul até março de 2013, quando haverá eleições presidenciais naquele país. A exclusão deveu-se ao impeachment do então presidente, Fernando Lugo, deposto pelo Congresso e substituído por Federico Franco.

- O que nos moveu foi o compromisso inequívoco com a democracia. Os países do Mercosul e da Unasul agiram de forma coordenada para preservar a democracia na região, mas não somos favoráveis a retaliações econômicas que possam prejudicar o povo paraguaio - afirmou a presidente brasileira.

Logo na chegada ao Palácio do Planalto, Chávez e Dilma assinaram contrato de venda de seis jatos EMB 190 da Embraer à Venezuela. O documento prevê que o negócio pode incluir mais 14 aeronaves, um investimento entre US\$ 270 milhões e US\$ 900 milhões. A entrega dos aviões será feita até o fim do ano. Na cerimônia, Dilma e Chávez receberam da Embraer réplicas em miniatura dos EMB 190.

- Estamos felizes. O Mercosul é a maior garantia para preservar nossa independência - enfatizou Chávez, ao lado de Dilma e dos presidentes Cristina Kirchner (Argentina) e José Mujica (Uruguai).

- Faz tempo que a Venezuela devia entrar no Mercosul. Mas, como está escrito na Bíblia, tudo o que vai ocorrer sob o sol tem sua hora. Interessa-nos muito sair do modelo petroleiro, impulsionar o desenvolvimento agrícola e industrial, além do turismo.

Chávez afirmou que a entrada de seu país no bloco coincide com o começo de um "novo ciclo" na Venezuela, a partir de janeiro de 2013, quando tentará conseguir um terceiro mandato de seis anos nas eleições de 7 de outubro.

A chegada de Chávez ao Palácio do Planalto, com quase uma hora de atraso, foi conturbada. Ele quebrou o protocolo, pedindo para subir a rampa do Palácio do Planalto para encontrar a presidente Dilma. Sorridente, cumprimentou Dilma com beijos no rosto.

Cristina Kirchner, que firmou com Chávez um acordo de parceria entre a petrolífera argentina YPF e a venezuelana PDVSA, também festejou o ingresso dos novos sócios:

- Hoje é um dia histórico. A Venezuela no Mercosul é algo em que muitos de nossa sociedade não acreditavam.

Mujica classificou a entrada da Venezuela como "marco histórico" e defendeu que os líderes políticos prestem atenção aos mais pobres. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o ingresso da Venezuela amplia a importância econômica do Mercosul e abre oportunidades de negócios, mas lembrou que o novo sócio tem obrigações a cumprir. O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, disse que até o fim de agosto o Brasil enviará uma missão à Venezuela.

Sem rumo no Mercosul – Folha de São Paulo, Editorial. 02/08/2012

Celebrada pelo governo brasileiro como uma "nova etapa" do bloco comercial, a precipitada incorporação da Venezuela ao Mercosul, concretizada anteontem, seguiu a lógica estreita da

afinidade ideológica e das políticas erráticas que têm impedido o aprofundamento da integração comercial sul-americana.

Foi excessiva a determinação do bloco de suspender o Paraguai após o impeachment do presidente Fernando Lugo. A exclusão dos paraguaios, que resistiam ao acordo com Hugo Chávez, abriu caminho para a Venezuela.

Ao rigor contra os excessos do Congresso paraguaio -que seguiu a Constituição, mas cerceou o direito de defesa de Lugo- se contrapõe agora à leniência com as iniciativas autoritárias de Chávez.

É compreensível o interesse do Brasil em aprofundar o comércio com o vizinho ao norte. A economia venezuelana representa mais de quatro vezes o produto anual conjunto de Paraguai e Uruguai. Assim como a Argentina, a Venezuela é um importante mercado para manufaturados brasileiros.

Olhar apenas para o tamanho da economia, porém, resulta num argumento míope. Um bloco comercial deve incentivar negócios entre os países membros, com respeito às regras acordadas, supressão de barreiras e tarifa externa comum.

A prática política no grupo aponta na direção inversa: desrespeito às normas e exceções numerosas, que dificultam o cálculo de longo prazo por agentes econômicos.

Empresários de toda parte tomam a previsibilidade como condição necessária para o investimento. É tudo o que os governos do Mercosul não lhes têm oferecido.

Nos últimos meses, a Argentina aprofundou a relação oportunista que sempre manteve com o bloco, com a criação de novas barreiras comerciais. O intercâmbio com o Brasil tem crescido ao longo dos anos, é bem verdade. Mas, desde 2004, as trocas com o vizinho do sul cresceram na mesma marcha das realizadas com o restante do mundo (excluída a China).

Era de esperar que o Mercosul tivesse feito o comércio crescer a um ritmo maior do que o realizado com países com que o Brasil não realiza tal esforço de integração.

Seria ingênuo a presidente Dilma Rousseff esperar de Chávez, cada vez mais confundido com o Estado venezuelano, comportamento menos confiável que o voluntarismo de Cristina Kirchner. Com eles, o Mercosul seguirá patinando.

O melhor e o pior de Chávez. Miriam Leitão – O Globo. 02/08/2012

É bom ter a Venezuela no Mercosul, não é bom que tenha sido desta forma. Quebrou-se o princípio da unanimidade; um dos sócios foi afastado; e houve o uso de dois pesos e duas medidas. A diplomacia terá que curar as feridas abertas por este episódio. Estudiosos ouvidos na Venezuela mostram que na era de Hugo Chávez o país acumulou inflação de 1.374% e a violência subiu.

Chávez está há treze anos no poder e lidera as pesquisas para se reeleger. Eleições regulares são indispensáveis, mas não são suficientes para um país ser democrático. O economista Pedro Palma e o analista político José Vicente Carrasquero disseram o que é o melhor e o pior da era Chávez, que começou em 1999.

Palma diz que a inflação no país é uma das mais altas do mundo na atualidade. Desde que Chávez assumiu, o acumulado dá 1.374,10%, o que dá uma taxa média anual de 22%. Ele usou o índice de preços ao consumidor da área metropolitana de Caracas, do Banco Central da Venezuela.

Na lista de Palma há mais itens negativos. Ele diz que o presidente causou insegurança no país, porque a violência aumentou. Listou ainda a "destruição da estrutura produtiva, o desincentivo ao investimento privado, as expropriações ilegais de empresas privadas, o populismo e o estabelecimento de um regime ditatorial".

- As eleições são manipuladas de forma descarada. Não é um governo democrático, porque desrespeita os direitos dos cidadãos, viola permanentemente a Constituição e as leis. Ele sequestrou os poderes do Estado, que hoje atuam segundo a vontade do presidente - disse Palma.

Na lista boa, Palma admite que houve "a criação de uma consciência social na liderança política". Carrasquero concorda com Palma, e diz que a chegada de Chávez ao poder elevou o interesse pela política entre os venezuelanos. Ele diz que a adoção de programas na área da educação e saúde deram às pessoas a "sensação da inclusão".

Na lista das piores coisas, Carrasquero inclui a exploração da divisão política com uma linguagem bélica, com altos custos sociais e institucionais. Isso provocou a perda de alguns valores fundamentais da democracia, como o respeito às diferenças, a tolerância e o diálogo para a solução conjunta dos problemas.

Outro ponto negativo, segundo Carrasquero, foi o aumento da violência. A ONG Observatório Venezuelano de Violência passou para a coluna os seguintes dados: quando Chávez assumiu, o número de homicídios era de 20 por 100 mil habitantes. Agora é de 67. Em Caracas, o número é 122 e pode fechar o ano em 148. Em 2011, foram assassinadas 19.336 pessoas, uma média de 53 mortes por dia.

Esse dado trágico convive com um indicador excelente de redução de quase 20 pontos percentuais no total de pobres do país, saindo de 53,9% para 31,9%. Em parte, isso é feito através de políticas sociais que não mudaram a raiz do problema.

As pesquisas de intenção de voto da Datanálisis mostram Chávez com 15 pontos percentuais na frente de Henrique Capriles, o candidato da oposição. Mas há 23% de indecisos. A maior chance é de mais uma reeleição.

Esse é o país que entra agora no Mercosul. Com vários flagrantes de desrespeito aos princípios democráticos; o mesmo problema do qual se acusa o Paraguai. Do ponto de vista econômico, a Venezuela é muito dependente do petróleo e é grande importadora do que não tem conseguido produzir. O Brasil exportou R\$ 4,5 bi e teve saldo positivo de R\$ 3,3 bi com os venezuelanos em 2011. Os analistas dizem que os venezuelanos estão mais preocupados com seus problemas e não com o Mercosul.

Mercosul: Integração e desenvolvimento. Luciano Wexell Severo (*) e Paulo Vitor Sanches Lira ()** – Carta Maior. 04/08/2012

A entrada para o Mercosul tornou-se estratégica para a Venezuela. A possibilidade que agora se abre é a de transcender a integração comercial, passando a uma nova fase: a integração produtiva. Os governos brasileiro e venezuelano, especialmente por meio da missão do IPEA em Caracas, vêm promovendo iniciativas de fortalecimento e complementação industrial em diversas áreas, sobretudo na fronteira e na Faixa Petrolífera do Orinoco. O artigo é de Luciano Wexell Severo e Paulo Vitor Sanches Lira.

Em geral, as opiniões da chamada grande mídia contra a entrada da Venezuela no Mercosul tem como base argumentos que não se sustentam quando postos à prova. Muitos “analistas” optam por desenvolver interpretações da situação política, social ou econômica do país vizinho baseados em relatórios de instituições pouco confiáveis ou até mesmo em ONGs sediadas nos países centrais. Entendemos que o caso merece análises muito mais sérias e abrangentes.

A economia da Venezuela tem o petróleo como motor desde 1930, fato que acarretou problemas à industrialização, conforme identificado por Celso Furtado em estudo para a CEPAL, nos anos 1950. Não houve, desde então, um esforço profícuo para a diversificação industrial, apesar do entendimento de que se deveria “semear o petróleo”. Até os anos 2000, os benefícios da renda petroleira não foram utilizados para promover o desenvolvimento econômico ou o fortalecimento da estrutura produtiva nacional.

A chegada do governo Chávez representou a intenção de efetuar essas mudanças, através do planejamento e da maior intervenção estatal na PDVSA. De 1999 a 2001, apesar da manutenção de políticas de corte ortodoxo, foram dados passos importantes, como a aprovação, em referendo, da nova Constituição. A seguir, a postura governamental foi fortemente contestada por uma parcela da sociedade venezuelana, historicamente beneficiada pela situação anterior. A crise política e a instabilidade institucional dos anos 2002 e 2003 derrubaram o PIB em cerca de 10%.

A despeito destes entraves, o governo continuou com elevado percentual de apoio. O crescimento econômico dos anos seguintes, respaldado pela alta do petróleo, atesta os esforços de mudança. De 2004 a 2008, a economia venezuelana cresceu cerca de 8% ao ano, excetuando-se 2009 e 2010 pelo efeito da crise internacional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a distribuição de renda (coeficiente Gini) melhoraram substancialmente. Este último alcançou 0,39 em 2010 contra 0,5 dos anos 1990. Desde 2005, o país é considerado pela UNESCO como território livre de analfabetismo.

Apesar dos avanços na área social, a Venezuela ainda apresenta complexas limitações na estrutura produtiva. Neste ponto, a entrada para o Mercosul tornou-se estratégica. A possibilidade que agora se abre é a de transcender a integração comercial, pautada pelo mercado, passando a uma nova fase: a integração produtiva. Os governos brasileiro e venezuelano, especialmente por meio da missão do IPEA em Caracas, já vêm promovendo iniciativas de fortalecimento e complementação industrial em diversas áreas, sobretudo na fronteira e na Faixa Petrolífera do Orinoco. A entrada no bloco potencializará essas iniciativas.

Finalmente, vale apontar que as transformações da última década não são resultado de um caminho natural das economias em busca do desenvolvimento. Pelo contrário, são frutos da ação consciente e da mudança de mentalidade de parte da América do Sul. Devemos intensificar esse movimento de distanciamento do desfiladeiro liberal e assumir as rédeas de nosso caminho ao desenvolvimento.

(*) Professor visitante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Doutorando do Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

(**) Mestrando do Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Mercosul deixa de ser um projeto centrado no Cone Sul. Antônio José Ferreira Simões (entrevista) – Carta Maior. 05/08/2012

Em entrevista à Carta Maior, o embaixador Antonio José Ferreira Simões, Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, analisa a crise político-institucional no Paraguai, o ingresso da Venezuela no Mercosul, o atual estágio do processo de integração regional e os novos desafios para a política externa brasileira. O ingresso da Venezuela dá novo contorno geopolítico ao Mercosul, que deixa de ter um projeto centrado no Cone Sul e amplia sua capacidade de irradiação para o Caribe e para a América Central, destaca o embaixador.

Da Redação

"É preciso que a sociedade brasileira se conscientize do que significa ser a 5ª economia do mundo. Grande parte da população ainda tem uma imagem do Brasil como país periférico, de menor importância no cenário internacional. Mas essa imagem é totalmente equivocada. O Brasil, ao lado dos Estados Unidos e da China, são os únicos três países que estão, ao mesmo tempo, na relação dos dez países de maior território, dos dez países mais populosos e dos dez países com maior PIB no mundo. O principal desafio da diplomacia brasileira é, portanto, mostrar à sociedade brasileira que o Brasil precisa ter uma atuação externa à altura de sua potencialidade econômica, política e social".

A avaliação do embaixador Antonio Simões fornece a moldura geral de sua análise sobre os mais recentes episódios envolvendo o processo de integração regional. O modelo de integração do MERCOSUL, defende o diplomata brasileiro, é distinto do modelo europeu que atualmente atravessa grave crise. "Aqui, optamos por um processo de integração em que, mais importante do que haver uma economia-âncora, é que as sociedades de todos os países estejam envolvidas no processo de integração".

Carta Maior: A que se deve essa constante instabilidade que pressiona periodicamente o Paraguai?

Antonio Simões: Um problema central no Paraguai é a fragilidade de suas instituições, agravado pelo fato de que apenas uma pequena parcela da população está efetivamente integrada à vida política. Essas debilidades – que, convém frisar, são comuns a outros países da região – estão estreitamente associadas aos períodos de exceção experimentados pelo Paraguai, dos quais o mais longo e conhecido é o governo de Alfredo Stroessner. Naquele período, além das restrições às liberdades fundamentais, próprias de governos autoritários, criou-se no Paraguai um regime de “prebendas”, de concessões do Estado, que tinha como vértices o Partido Colorado, grandes empresários e proprietários de terra e altas patentes das Forças Armadas.

Se compararmos a duração do Governo Stroessner – 35 anos, de 1954 a 1989 – com o período

de redemocratização do país, que mal completou 23 anos – de 1989 a 2012, temos a dimensão de quão debilitado – e justificadamente - ainda pode estar o ordenamento institucional paraguaio.

É nesse contexto que se deve destacar a relevância dos processos de integração regional, como o MERCOSUL e a UNASUL. Como se sabe, as cláusulas democráticas desses órgãos desempenham importante papel de “estímulo positivo entre pares”, com vistas a desestimular aventuras antidemocráticas na região. Mas isso não é tudo. As diversas instâncias em que se estruturam esses mecanismos vêm contribuindo de forma significativa para o fortalecimento e a harmonização institucional em nível regional.

CM: Até que ponto a questão da propriedade e da posse da terra - o Paraguai tem uma concentração histórica de grandes áreas em poucas mãos - contribui para essa instabilidade? Até que ponto a pressão dos grandes proprietários foi determinante para a deposição do presidente Fernando Lugo?

AS: O modo como se deu a apropriação da terra é um problema estrutural da organização social e econômica do Paraguai. É um tema antigo e complexo, cuja solução parece constituir elemento fundamental para a real democratização do país. Segundo dados oficiais, apenas 0,005% da população concentram 25% da terra; 80% da terra, por sua vez, são propriedade de apenas 2% da população.

Na região oriental do país, onde vive mais de 90% da população, apenas 2% das propriedades ocupam mais de 80% da superfície de terras agrícolas do país. No outro extremo, as áreas agrícolas de menos de 5 hectares - cerca de 40% em número de propriedades - representam menos de 1% da área cultivada.

Não se trata, naturalmente, de problema exclusivo do Paraguai. O Brasil viveu realidade similar por muito tempo. Entre nós, no entanto, a questão tem sido bem encaminhada por meio de programas de reforma agrária e de apoio estatal às famílias reassentadas para sua integração à estrutura produtiva nacional. A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e ocupa aproximadamente 75% da mão de obra rural. A agricultura familiar constitui, no Brasil, fator fundamental para a estabilidade social no campo.

CM: Existe uma real responsabilidade histórica de países como Argentina e Brasil com relação ao Paraguai?

AS: Entendo que todos os países da América do Sul têm responsabilidades históricas com seus vizinhos. Por isso, é importante que todos juntemos esforços, nos planos interno e regional, para a criação e consolidação de instituições que venham a estruturar “espaços regionais comuns”, como o MERCOSUL e a UNASUL.

É no âmbito desses espaços comuns que precisamos trabalhar, com pragmatismo e solidariedade, em prol de melhores condições de vida para a nação sul-americana.

Não se trata de retórica. No caso específico do Paraguai, podemos citar um exemplo concreto, entre vários outros. Está sendo implantado naquele país, com recursos de contribuições brasileiras ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), da ordem de US\$ 400 milhões, um sistema de transmissão de energia elétrica em 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes, nos arredores de Assunção. Trata-se de obra fundamental para garantir o suprimento de

energia elétrica no país, de modo a evitar os frequentes apagões verificados em momentos de pico de demanda.

Ademais, esse sistema tem potencial para constituir-se em fator decisivo na transformação da realidade econômica do Paraguai, ao ensejar a instalação de indústrias que, atualmente, ainda que atraídas pela oferta de energia barata e abundante, não dispõem de suprimento confiável.

CM: É possível avaliar os benefícios concretos do Mercosul para o Paraguai?

AS: A primeira coisa que devemos ter em mente é que o Paraguai é um país sem litoral. Grande parte do comércio exterior paraguaio é feito via território brasileiro ou argentino. Só isso já demonstra a importância do MERCOSUL para o comércio paraguaio. Além disso, o Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai. Nós somos o destino de quase 15% das exportações paraguaias. Se tomarmos o caso do MERCOSUL, veremos que, em 2011, o bloco respondeu por um quinto da corrente de comércio do Paraguai. Talvez mais importante que os totais é a composição da pauta de comércio entre o Paraguai e os sócios do MERCOSUL: segundo estudos do CADEP (“Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya”), quase 60% das exportações de manufaturados do Paraguai em 2011 foram destinados aos países do MERCOSUL e associados.

Além dos óbvios benefícios comerciais, a integração no âmbito do MERCOSUL também compreende uma dimensão socioeconômica mais ampla. É o caso do FOCEM, criado em 2007, com o objetivo de promover projetos para superar as assimetrias entre os países do bloco. O FOCEM é uma das experiências mais bem sucedidas do Mercosul. O Paraguai é o maior beneficiário do Fundo: contribui com apenas 1% e recebe 48% dos recursos totais. Já foram aprovados 18 projetos do FOCEM no Paraguai, em um valor total de US\$ 644,5 milhões. São projetos em áreas como habitação, transportes, incentivos à microempresa, capacitação tecnológica, melhorias sanitárias, entre outros. Nesse universo de projetos, merece destaque a construção, já mencionada, da linha de transmissão entre Itaipu e Villa Hayes, que está orçada em US\$ 555 milhões e conta com contribuições voluntárias do Brasil ao FOCEM da ordem de US\$ 300 milhões.

É importante mencionar que a suspensão do Paraguai dos órgãos decisórios do MERCOSUL não afetará nenhum projeto do FOCEM no país. Pelo contrário. Na Cúpula de Mendoza, a mesma reunião que decidiu pela suspensão do Paraguai, foram desembolsados US\$ 66 milhões do FOCEM para o projeto da linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes. Essa é a prova do nosso compromisso com o bem-estar do povo paraguaio. Essa foi uma determinação expressa dos Presidentes dos Países do MERCOSUL em Mendoza.

CM: Qual o significado político e econômico da entrada da Venezuela no bloco?

AS: É preciso ter presente, antes de mais nada, que esta é a primeira ampliação do MERCOSUL desde a sua criação em 1991. Isso, por si só, possui um grande significado político: demonstra que o bloco permanece vigoroso como projeto de desenvolvimento compartilhado e que tem poder de atração sobre os países vizinhos.

O ingresso da Venezuela dá novo contorno geopolítico ao MERCOSUL. Em primeiro lugar, o MERCOSUL deixa de ter um projeto centrado no Cone Sul e amplia sua capacidade de irradiação para o Caribe e para a América Central. A dimensão amazônica do MERCOSUL

também é reforçada, o que dá um novo sentido para o bloco, da perspectiva do desenvolvimento da região norte do Brasil.

A presença de um país como a Venezuela, com sua densidade econômica e seus recursos naturais, sobretudo energéticos, altera de maneira significativa o peso internacional do MERCOSUL. As reservas de petróleo venezuelanas são as maiores do planeta. Esse dado, somado ao potencial do pré-sal brasileiro, à nossa liderança em energias renováveis, às reservas argentinas de petróleo e gás e ao potencial hídrico do conjunto do MERCOSUL, faz do bloco uma potência energética de primeira grandeza.

Se considerarmos que o MERCOSUL já era um dos principais produtores de alimentos, vemos agora que o bloco é peça central para a equação de duas questões centrais para o futuro da sociedade global: a segurança energética e a segurança alimentar.

Do ponto de vista estritamente econômico e comercial, os ganhos com a entrada da Venezuela são facilmente verificados. A Venezuela tem o quarto maior PIB da América do Sul e a quarta população do continente. Se tomado como conjunto, o MERCOSUL passa a ser a quinta economia mundial, com uma população de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul) e um produto interno de US\$ 3 trilhões (mais de 80% do PIB sul-americano).

Mais importante ainda é o fato de que há complementaridade entre nossas economias. A Venezuela é um grande importador de alimentos. Há, sem dúvida, um potencial de comércio a ser explorado nesse setor. Na outra ponta do espectro produtivo, o país está também empenhando em reforçar suas capacidades industriais, o que abre perspectivas para nossos setores de máquinas e equipamentos. Há muito a ser feito em matéria de integração produtiva, principalmente no setor petrolífero. E há uma nova fronteira de investimentos e empreendimentos comuns que se abre com o ingresso de um sócio com o peso da Venezuela no MERCOSUL, que entra definitivamente em uma nova etapa de sua história.

CM: Existe uma regra estabelecida pelos países do bloco, segundo a qual as decisões devem sempre ser tomadas por unanimidade. Durante muito tempo o Paraguai vetou o ingresso da Venezuela no Mercosul. Quais as razões que levavam o Paraguai a agir dessa forma ?

AS: É preciso esclarecer que, no MERCOSUL, as decisões são tomadas, como regra, por consenso. No caso da solicitação de adesão de novos Estados Partes – e não da incorporação em si – exige-se unanimidade. A solicitação de adesão da Venezuela, feita ainda em 2005, foi aceita por todos os países do MERCOSUL, inclusive pelo Paraguai, com a Decisão 29/05 e com a assinatura do Protocolo de Adesão.

Durante muito tempo, o Congresso paraguaio – e não o Paraguai como um todo – tratou com muita reserva a questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL. É muito difícil avaliar as razões para isso.

Particularmente, acredito que o Paraguai tem muito a ganhar com a entrada da Venezuela. O Paraguai, grande produtor e exportador de alimentos, poderá se beneficiar muito com as facilidades de comércio da adesão venezuelana. Quase 70% dos alimentos consumidos na Venezuela são importados, fazendo do país potencial mercado para as exportações paraguaias. Além disso, a Venezuela deverá aportar recursos adicionais ao FOCEM, que poderão ser aplicados em novos projetos no Paraguai, contribuindo efetivamente para a melhoria na qualidade de vida do povo paraguaio.

CM: A crise da UE - um processo de integração de quase 50 anos que esfarela sob o peso da crise mundial - traz que lições à agenda da integração latino-americana?

AS: Durante muito tempo, o modelo de integração da UE foi apontado como uma “receita infalível” que deveria ser seguida por outras regiões no caminho da integração. Ainda hoje, críticos da nossa integração apontam que nosso modelo estaria fadado ao fracasso, por não reproduzir os passos dados na UE.

Acredito que a crise econômica na UE demonstra que não há receitas prontas. Precisamente no momento em que as economias europeias apresentam grandes dificuldades econômicas, os países do MERCOSUL exibem resultados positivos.

O MERCOSUL demonstrou que um processo de integração deve respeitar os ritmos e as sensibilidades de cada país. A impressão que tenho é que a União Europeia buscou estabelecer um mesmo manual para todos os membros, e hoje, eles se dão conta de que medidas como a implantação do euro talvez devessem ter sido mais lentas, mais graduais. Já no MERCOSUL, evoluiu o entendimento de que mais importante do que avançar rapidamente na integração econômico-comercial é adotar medidas que traduzam o processo de integração em verdadeira melhoria da vida das pessoas.

CM: O embaixador Samuel Pinheiro mencionou recentemente a nova estratégia norte-americana na AL, de criação de mini-Alcas. Um exemplo, o recente acordo do Pacífico. Como a Unasul poderia responder a esse processo que ameaça retalhar a AL em estratégias díspares, dificultando processos de desenvolvimento integrado?

AS: O modelo de criação de áreas de livre comércio teve seu auge nos anos 1990, com a criação do NAFTA e o lançamento das negociações da ALCA. Com o fracasso dessas negociações, os Estados Unidos passaram a investir na estratégia de assinar acordos bilaterais de livre comércio, com países como Chile, Peru e Colômbia. No entanto, há estudos do BID e da CEPAL que demonstram que esses acordos apresentam benefícios limitados, tendo, muitas vezes, impacto nulo sobre o PIB e sobre a distribuição de renda.

Mesmo em termos estritamente comerciais, nota-se, em vários casos, que o aumento das importações de produtos norte-americanos excede muito o crescimento das exportações para aquele mercado, além de manter a pauta exportadora concentrada em produtos tradicionais. Um estudo de 2011 do Ministério de Relações Exteriores do Chile demonstra que, decorridos sete anos da vigência do acordo de livre comércio com os EUA, as exportações chilenas cresceram menos de 15%, enquanto que as importações de produtos norte-americanos pelo Chile aumentaram em cerca de 200%. O estudo conclui também que a pauta exportadora chilena aos EUA se concentrou ao longo desses sete anos: o cobre passou, por exemplo, de 56% do total exportado em 2006 para 74% em 2009. Esses dados mostram que os Acordos de Livre Comércio, mesmo em termos de acesso a mercados, podem não ser tão benéficos quanto alguns defendem.

Por outro lado, a UNASUL é uma poderosa ferramenta de desenvolvimento baseada no fato incontornável da geografia. É um processo de integração muito mais amplo, com diversas iniciativas concretas para a promoção do desenvolvimento conjunto da região.

Independentemente das opções específicas de política comercial de cada país da região, continuaremos sendo vizinhos e compartilhando problemas que requerem ação concertada. Isso vale para temas sociais e políticos, como saúde, defesa, segurança, mas vale também para as

aspirações de desenvolvimento econômico. A carteira de projetos estratégicos do COSIPLAN (Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL), que sucedeu a IIRSA, pode representar um divisor de águas, ajudando a integrar fisicamente a região para que haja mais trocas comerciais e mais investimentos recíprocos, gerando um ciclo de crescimento para dentro.

Uma UNASUL fortalecida permitirá que a região tenha mais chances de enfrentar com êxito seus enormes desafios, construindo seu próprio modelo de cooperação e de desenvolvimento, adaptado à sua realidade e, sobretudo, a seus interesses e aspirações.

A UNASUL incorpora, no nível regional, um conceito operacional que nossos países já vem adotando com excelentes resultados: desenvolvimento econômico indissociado de justiça social.

CM: A Alemanha foi de certa forma, o guarda-chuva financeiro da integração de mercados na UE (hoje pode ser o coveiro desse processo). De qualquer forma, a experiência indica que todo processo de integração requer a âncora de uma economia forte que sirva de alicerce nuclear entre os demais países. O Brasil tem condições de cumprir esse papel na AL?

AS: Brasil, Argentina, Venezuela, e vários outros países poderiam ter esse papel na América do Sul. Entretanto, é preciso, mais uma vez, entender que o modelo de integração do MERCOSUL é distinto do modelo europeu. Aqui, optamos por um processo de integração em que, mais importante do que haver uma economia-âncora, é que as sociedades de todos os países estejam envolvidas no processo de integração.

Temos, na América do Sul, grande produção de alimentos, grande produção de minérios, e as maiores reservas mundiais de petróleo e de água doce. Mas a existência de recursos por si só não produz desenvolvimento. O processo de integração sul-americana é justamente o instrumento para transformar os recursos potenciais da América do Sul em desenvolvimento socioeconômico e melhoria de vida da população.

A experiência sul-americana mostra que, mais do que uma economia que sirva de alicerce, o que precisamos é somar as capacidades individuais em torno de um projeto de desenvolvimento compartilhado.

CM: Após a Rio+20, houve alguma mudança substancial no papel da questão ambiental na agenda política das nações?

AS: Precisamos pensar, em primeiro lugar, em como a questão ambiental evoluiu na agenda internacional nos últimos anos. Em 1992, logramos posicionar a questão do desenvolvimento sustentável no cenário político internacional. Desde então, os países vêm incorporando esse conceito, esse ideal, a suas políticas internas e à sua ação externa. Chegamos à Rio+20 com o desafio de transformar uma ideia já consolidada na agenda política dos países em metas comuns mais concretas para as próximas décadas.

Em segundo lugar, é preciso considerar que há uma diferença fundamental entre a Rio 92 e a Rio+20. A Rio 92 foi um ponto de chegada. Lá, foram concluídas diversas negociações, que levaram anos, permitindo a assinatura de diversos instrumentos, como a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima, a Convenção de Combate à Desertificação e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Já a Rio+20 foi um ponto de partida. Foi o momento de traçar diversas

linhas sobre como deverá ser o mundo nos próximos anos. A Rio+20 teve como grande objetivo construir uma agenda para levar a um mundo mais sustentável, mais inclusivo e mais justo.

CM: O Brasil, juntamente com os demais países do grupo BRICS, está em condições, de produzir uma inflexão nas negociações multilaterais nos grandes fóruns existentes hoje no sistema ONU?

AS: O peso econômico, social e político dos BRICS é grande, e será cada vez maior. A importância dos BRICS vai além de sua enorme participação no PIB e na população mundiais. O aspecto mais relevante dos BRICS é sua capacidade de projetar a perspectiva do mundo em desenvolvimento, que por muito tempo foi uma perspectiva lateral, para o centro das principais discussões internacionais.

Os BRICS, por seu peso internacional e pela agenda que representam, têm a capacidade de rearticular e de reprojeter o mundo em desenvolvimento. Essa projeção depende não só do crescimento das economias dos BRICS. Ela também evoluirá à medida que esses países consigam projetar, internacionalmente, sua própria imagem como sociedades em desenvolvimento.

CM: Qual é, na sua opinião, o principal desafio da diplomacia brasileira hoje.

AS: Ano passado, o Brasil se tornou a 6ª economia do mundo (em função de diferenças cambiais, alguns argumentam que este ano seríamos a 7ª). Projeções indicam que nos tornaremos a 5ª economia mundial em breve. O principal desafio da diplomacia brasileira hoje, é, nesse sentido, se consolidar como a diplomacia de uma quinta economia do mundo. Precisamos mostrar que somos uma diplomacia dinâmica e criativa, que mantém fortes relações com os países vizinhos, mas que também é capaz de agir em termos globais, participando ativamente em instrumentos de articulação, como o G20 e o BRICS.

Muito mais além, é preciso, sobretudo, que a sociedade brasileira se conscientize do que significa ser a 5ª economia do mundo. Grande parte da população ainda tem uma imagem do Brasil como país periférico, de menor importância no cenário internacional. Mas essa imagem é totalmente equivocada. O Brasil, ao lado dos Estados Unidos e da China, são os únicos três países que estão, ao mesmo tempo, na relação dos dez países de maior território, dos dez países mais populosos e dos dez países com maior PIB no mundo. Isso é muito significativo.

O principal desafio da diplomacia brasileira é, portanto, mostrar à sociedade brasileira que o Brasil precisa ter uma atuação externa à altura de sua potencialidade econômica, política e social.

Brasil e Chile reúnem-se para avançar em negociações comerciais. Carlos Mota – Site do MAPA. 06/08/2012

Representantes do Brasil e do Chile se encontram nesta segunda-feira, 6 de agosto, com expectativa de avançar em negociações sanitárias e fitossanitárias. A reunião se estende até terça-feira, 7 de agosto, e será no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O objetivo do encontro bilateral é ampliar o intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários de interesse para os países. Participam o Secretário de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa, Ênio Antonio Marques Pereira, e o Diretor do Serviço Agrícola e Pecuário do Chile, Anibal Ariztia.

Serão tratados temas como o andamento das Análises de Risco de Pragas (ARP) para produtos de origem vegetal e o atual estágio dos processos. As partes também negociarão novos requisitos zoossanitários para exportação brasileira de suínos vivos e material genético suíno, bem como certificação sanitária para exportação brasileira de farinha de aves e de carne desidratada de origem bovina e avícola.

As ARP's constituem etapa fundamental do processo e servem para avaliar o risco de propagação de pragas entre os dois países por meio da exportação de produtos de origem vegetal. Após a conclusão das ARP's, são estabelecidos os requisitos fitossanitários que o país exportador deve cumprir para minimizar riscos.

Com relação aos requisitos zoossanitários, o Mapa busca harmonizar as exigências chilenas com as recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal, organismo internacional de referência para esses assuntos.

Mercosul avalia financiamento de projetos sociais – Site do MDS. 09/08/2012

Grupo técnico do bloco se reúne, em Brasília, para elaborar documento que será apresentado ao Focem

Mecanismos de financiamento de projetos sociais dos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) no âmbito do Plano Estratégico de Ação Social. Este foi o tema da primeira reunião (foto) do Grupo Técnico da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, nesta quinta-feira (9). Ao final do encontro, coordenado pela assessora internacional do MDS, Aline Soares, eles vão elaborar um documento que será apresentado ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) – Ana Nascimento/MDS

Paraguai cogita não vender energia ao Brasil – O Estado de São Paulo. 09/08/2012

O presidente do Paraguai, Federico Franco, apresentou ontem a políticos aliados o projeto de lei para uma nova política energética, que poderá ser votado até o final do ano no Congresso. O líder paraguaio, que assumiu o cargo após o impeachment de Fernando Lugo, em junho, afirmou que seu país "não está disposto a continuar cedendo energia ao Brasil e à Argentina".

De acordo com o diário paraguaio Última Hora, Franco disse que o Paraguai consome apenas 15% da energia elétrica produzida nas usinas binacionais de Itaipu, com o Brasil, e de Yaciretá, com a Argentina. O restante, 85%, é vendido ao Brasil e à Argentina a preços abaixo do mercado.

"Hoje, a decisão do governo é clara, nós não estamos dispostos a continuar cedendo, porque o que estamos fazendo é ceder energia ao Brasil e à Argentina. Nem sequer estamos vendendo", afirmou Franco.

Suspensão. Em razão do impeachment de Lugo, o Paraguai foi suspenso do Mercosul. Segundo os países-membros do bloco - Argentina, Uruguai e Brasil -, a destituição não seguiu a ordem democrática. O país teria violado a cláusula democrática, estabelecida pelo Protocolo de Ushuaia, em 1998.

Irritados com a suspensão, setores nacionalistas e empresários paraguaios cogitaram a possibilidade de o país deixar em definitivo o bloco. As ameaças, no entanto, têm poucas chances de serem concretizadas.

País mais pobre do Mercosul, o Paraguai é também o mais dependente do grupo. Como não tem saída para o mar, o Paraguai precisa de conexões terrestres com seus vizinhos.

Tratado de Itaipu. Outro mecanismo que prende o Paraguai ao Mercosul é Fundo de Convergência de Infraestrutura do Mercosul (Focem). Criado em 2005, ele é sustentado em 70% por recursos brasileiros, país mais rico do Mercosul, e beneficia, principalmente, Paraguai e Uruguai.

No Focem, o Paraguai deposita por ano US\$ 1 milhão, mas atualmente se beneficia bastante do fundo. Até hoje, 19 projetos foram aprovados, com um financiamento de US\$ 608 milhões.

Pacote de incentivos. Franco falou ontem que o objetivo do novo projeto de lei é atrair mais indústrias ao Paraguai, o que aumentará o consumo local de energia. "Estamos castigando o setor que mais produz e, como consequência brilha São Paulo, brilha Buenos Aires, mas nós temos de andar no escuro no Paraguai. Isso não tem sentido e precisa mudar", afirmou o presidente paraguaio.

Pelo Tratado de Itaipu, assinado em 1973, o Paraguai, dono de metade da eletricidade produzida pela usina binacional, deve vender ao Brasil a parcela não usada. Em julho de 2009, o presidente Lugo negociou e conseguiu um aumento no preço da energia paga pelo Brasil.

Pelo acordo obtido entre Lugo e o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, o Paraguai foi autorizado a vender energia, de Itaipu e de outras usinas, no mercado livre brasileiro, se assim o governo paraguaio desejasse.

Além disso, o valor pago pela cessão de energia subiu de US\$ 120,3 milhões para US\$ 360 milhões.

O pacote brasileiro ao Paraguai incluiu também a criação de um fundo binacional e o financiamento da construção de uma linha de transmissão de energia de Itaipu para Assunção, orçada em cerca de US\$ 450 milhões. / REUTERS

Mais que carta de intenções. Malu Nunes – Valor Econômico. 09/08/2012

Mesmo antes de a Rio+20 começar, a previsão era de que não seria firmado um acordo oficial expressivo entre os países. Entretanto, mesmo assim, o documento final ficou abaixo das

expectativas, sendo o mínimo denominador comum. O alento é que outros setores sociais estão assumindo papéis e responsabilidades em direção à sustentabilidade.

O documento final gerado, intitulado "O Futuro que Queremos" e aprovado por mais de 190 países, é um texto conciliatório. Em linhas gerais, é uma carta de muito boas intenções, reafirmando compromissos anteriores e fortalecendo os dois temas centrais da conferência: a transição para uma economia verde no contexto da preservação do meio ambiente e da biodiversidade, na perspectiva da erradicação da pobreza e das desigualdades; e o estabelecimento de quadro institucional (instrumentos de governança) para que se implemente o desenvolvimento sustentável.

Foi animador acompanhar durante a Rio+20 resultados práticos de iniciativas voluntárias ou setoriais

Como apenas intenções não bastam, o documento final foi frustrante. Embora se pudesse prever que a crise econômico-financeira nos Estados Unidos e na Europa seria usada como justificava aos poucos avanços, era esperado um empenho maior dos negociadores da conferência para que fossem definidos alguns compromissos, metas e caminhos mais certos.

Por exemplo, uma das propostas não finalizadas foi o estabelecimento de metas de desenvolvimento sustentável para substituir os objetivos do milênio (ODM). Essa responsabilidade ficou delegada para a Assembleia Geral da ONU, que terá até 2015 para finalizar isso, pois esse é o prazo de validade dos atuais ODM.

O texto também prevê diretrizes para o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com maior orçamento e representatividade, mas a definição final sobre isso será conhecida na Assembleia Geral da ONU. Ainda é incerto se o Pnuma se tornará uma agência especializada nos moldes da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou Organização Mundial do Comércio (OMC), o que possibilitaria ao órgão muito mais influência.

O documento final reforça ainda a importância da proteção dos mares e oceanos, porém, a definição de sistemas que garantam a conservação da biodiversidade em águas internacionais foi adiada.

Em resumo, mais uma vez os governantes postergaram decisões importantes para que os países possam suplantar os desafios da desigualdade social e da degradação ambiental do planeta. Eles sabem o que é preciso fazer, mas estão demorando a agir.

Por outro lado, foi animador acompanhar durante a Rio+20 vários resultados práticos de iniciativas voluntárias ou setoriais. Segundo dados oficiais da ONU, foram firmados mais de 700 acordos que incluem governos, empresas, universidades e sociedade civil.

Um exemplo foi o compromisso dos oito maiores bancos de desenvolvimento multilateral do mundo de prover mais de US\$ 175 bilhões durante os próximos dez anos para apoiar transportes que emitem menor índice de carbono nos países em desenvolvimento.

Outro legado foi a Cúpula dos Prefeitos - formada pelos 59 prefeitos das maiores cidades do mundo, integrantes do grupo C40 - que se comprometeram a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa em cerca de 1,3 bilhão de toneladas até 2030.

As discussões de capital natural também são uma porta aberta para o fortalecimento de estratégias de conservação da natureza que valorizam quem protege a natureza, como o pagamento por serviços ambientais (PSA). A vantagem e o diferencial do instrumento econômico de PSA em relação a outras ferramentas de conservação é que ele possibilita colocar os provedores de um serviço ambiental - como um pequeno agricultor - à frente do processo de conservação. Um exemplo de iniciativa neste sentido é o Projeto Oásis, que teve sua expansão nacional lançada durante a Rio+20, e que premia financeiramente proprietários de terras que conservam suas áreas naturais e de mananciais, e que adotam práticas conservacionistas de uso do solo. Como toda a sociedade se beneficia dos serviços ambientais gerados pela conservação de áreas naturais nessas propriedades, nada mais justo do que os proprietários serem reconhecidos por isso.

Esses exemplos e outras iniciativas de indivíduos e da sociedade civil ajudam a manter a esperança e minimizam a falta de ação dos governantes dos países, porém não resolvem todos os problemas. Sem uma mudança profunda nos modelos decisórios, não haverá como atingir resultados futuros que garantam a sustentabilidade. Portanto, o importante agora é assegurar que os compromissos assumidos pelos países avancem e sejam implementados seguindo ao que foi proposto e dentro do calendário estabelecido. Sendo assim, só daqui a alguns anos é que será possível fazer um balanço acertado da Rio+20: futuramente, saberemos se a conferência gerou resultados práticos ou se o documento "O Futuro que Queremos" não passou de uma mera carta de intenções.

A esperança é que agora, pós-Rio+20, os governantes do Brasil comecem a reconhecer, interna e externamente, a proteção da natureza como prioritária para o próprio desenvolvimento do Brasil. Também é importante que atuem com marcos regulatórios para fortalecer as iniciativas exemplares, incentivando todos os setores da sociedade a seguirem um caminho em respeito ao meio ambiente. Tudo isso é fundamental para assegurar que o Brasil realmente faça a sua parte e contribua para que os compromissos assumidos pelos países na Rio+20 avancem e sejam implementados seguindo a que foi proposto e dentro do calendário estabelecido.

Malu Nunes é engenheira florestal, mestre em Conservação da Natureza e diretora executiva da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

Paraguai quer renegociar o valor pago pelo Brasil. Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Mundo. 10/08/2012

O Paraguai quer renegociar o valor da energia excedente de Itaipu vendida ao Brasil. Para o presidente Federico Franco, há menos de dois meses no posto, o aumento aprovado pelo Brasil em 2011 -e que triplicou o valor pago- não foi suficiente.

Segundo o chanceler José Félix Estigarribia, é por isso que Franco declarou anteontem não estar "mais disposto a ceder energia" ao Brasil.

"Aqui, há um preço que não é o mesmo do resto do mundo. Vai ser mais negócio para nós usar essa energia no nosso território do que continuar vendendo", disse à Folha por telefone.

Ele, contudo, nega que haja uma disposição em quebrar o contrato bilateral deixando de vender seu excedente ao Brasil. Na véspera, Franco disse que enviaria ao Congresso um projeto de lei para que o governo seguinte não venda mais energia para o Brasil.

A intenção de Franco, segundo o chanceler, seria industrializar o país e usar essa energia internamente. O Paraguai consome apenas 5% do que lhe corresponde na geração de Itaipu. O Brasil é cliente preferencial do excedente.

★

Folha - O presidente Franco disse que o Paraguai não está mais disposto a "ceder" energia ao Brasil. Seu governo pretende parar de vender o excedente ao Brasil?

José Félix Estigarribia - Não é assim. O que o presidente defende é que o Paraguai tem que, paulatinamente, ir usando sua energia. Até este momento, o Paraguai vende grande parte da energia que lhe corresponde, e da qual é proprietário, ao Brasil, e uma forma de industrializar o Paraguai é usando essa energia.

Por que Franco destacou que seu país "cede" e não "vende" energia ao Brasil?

Ele se referia aos preços da energia. Aqui, há um preço que não é o mesmo do resto do mundo. Então vai ser mais negócio para nós usar essa energia no nosso território do que continuar vendendo. O presidente disse que o Paraguai "cede" a energia ao Brasil a US\$ 8,40 por Mwh, e à Argentina [da usina de Yacyretá] por US\$ 9 Mwh. O preço do mercado é outro.

Ainda há espaço para negociar esses preços com o Brasil?

Estamos prontos para continuar as negociações sobre o preço. Esperamos uma reunião do Conselho de Itaipu, que já foi adiada duas vezes a pedido do Brasil. O Paraguai tem uma posição de [querer] um aumento no preço da energia, para o qual necessitamos do acordo do Brasil.

Qual a proposta do Paraguai?

Já se transmitiu [ao governo brasileiro] o preço que o Paraguai considera justo neste momento, de acordo com os termos do tratado, mas deixaremos que as negociações resolvam a questão.

O não reconhecimento do governo Franco pelo Brasil não torna inviáveis as negociações sobre Itaipu neste momento?

Não há um 'não reconhecimento'. O Brasil chamou seu embaixador para consultas, mas as relações continuam normais. Considero que é sempre oportuno negociar e não ficar se fixando nas diferenças, mas na enorme quantidade de pontos que necessitamos resolver em benefício dos dois países.

O próprio diretor-geral de Itaipu, o senhor [Jorge] Samek, disse que nenhuma questão política vai afetar as relações entre os dois países em Itaipu.

As declarações de Franco foram interpretadas no Brasil como uma resposta à suspensão do Paraguai do Mercosul...

Não estamos de acordo com as medidas tomadas [na cúpula do Mercosul] em Mendoza, nem em Brasília. Não estamos de acordo com a incorporação da Venezuela. Em todas essas decisões, o governo do Paraguai teria que estar presente para dar o seu parecer.

Mas não misturemos o tema de Itaipu. O Paraguai não faz represália de nenhum tipo e considera que tudo tem o seu lugar de tratamento.

Temos que solucionar os problemas do Mercosul e também os pontos de vista quanto ao preço e ao uso da energia em Itaipu. São duas coisas que não vão unidas.

De que trata o projeto de lei que será enviado ao Congresso?

O projeto se destina à industrialização do país e está exatamente nos termos do tratado de Itaipu.

Há rumores de que seu governo estaria estudando acordos comerciais com outros países. Há essa possibilidade diante da suspensão do país do bloco?

São apenas isso, rumores. O que houve no Mercosul foi uma suspensão, durante a qual continuam os nossos direitos e obrigações. O que o Paraguai quer agora é encontrar solução para um diálogo permanente com os países fundadores do Mercosul.

Itaipu está 'blindada' contra política, garante diretor paraguaio da usina. Roberto Simon - O Estado de São Paulo. 10/08/2012

Enquanto o presidente do Paraguai, Federico Franco, reafirmava ontem que deixará de "ceder" energia ao Brasil e à Argentina, o diretor-geral paraguaio de Itaipu, Franklin Boccia, garantiu que a usina binacional "está blindada contra questões políticas" e "nada afetará as relações com o lado brasileiro".

Em entrevista ao Estado, Boccia disse que o presidente está sendo "mal interpretado". O que o novo governo de Assunção quer é ampliar o consumo interno de energia limpa produzida por Itaipu e reduzir o uso de combustíveis fósseis, segundo Boccia, engenheiro indicado há pouco mais de um mês por Franco para chefiar o lado paraguaio da usina no Rio Paraná.

O presidente que sucedeu a Fernando Lugo, porém, voltou ontem a criticar a venda de energia ao Brasil e à Argentina, falando a empresários. "O Paraguai tem de se fazer respeitar e Buenos Aires e Brasília devem entender que terminou a época em que o presidente paraguaio recebia benefícios e lhes outorgava o usufruto de nossa energia", afirmou. "Hoje, se dá de presente energia paraguaia ao Brasil e à Argentina."

Em seu discurso na capital, Franco disse que a "palavra 'ceder' significa não receber nada em troca". Mas, antes das declarações do presidente, o diretor-geral do lado paraguaio de Itaipu havia atribuído outro significado à palavra. "Ceder energia é a terminologia técnica que está no tratado. O Paraguai, que usa de 5% a 6% do total de energia produzida em Itaipu, determina o quanto consumirá e o restante é vendido ao Brasil. O tratado, entretanto, fala em 'cessão' e não em 'venda' de energia."

Segundo as regras estabelecidas em 1973, a produção da usina binacional é dividida igualmente entre Paraguai e Brasil - cada um fica com 50%. O lado paraguaio, porém, usa menos de 10% do total que lhe é de direito e revende o restante aos brasileiros. O Paraguai ainda mantém uma usina binacional com a Argentina, Yaciretá.

"Nosso objetivo é utilizar mais da energia que já é do Paraguai. E isso é uma política de Estado e não de governo, ela vai muito além do mandato de Franco e até mesmo do presidente que será eleito em abril. O objetivo é que o Paraguai, paulatinamente, use mais energia hidrelétrica de Itaipu e Yaciretá e vá deixando de lado os combustíveis fósseis", disse Boccia.

O diretor-geral do lado brasileiro da usina binacional, Jorge Samek, disse não estar preocupado com as declarações de Franco. "Itaipu tem contrato e tratado que estabelecem claramente formas de compra e funcionamento. Eles compram a energia necessária e o que não consomem é comprado pelo Brasil", disse ele à Agência Brasil. "Claro que, se eles consumirem mais, haverá, obviamente, menos energia para o Brasil. Mas isso requer instalação de novas indústrias e fatores que levem a um maior consumo."

Brasil apoia uso de Itaipu pelo Paraguai. Sergio Leo – Valor Econômico. 10/08/2012

Um discurso político feito na terça-feira pelo presidente do Paraguai, Federico Franco, com o anúncio de que não "cederá" mais energia a Brasil e Argentina mobilizou ontem o Congresso brasileiro. Foi classificado de "infeliz" pelo presidente da Comissão de Relações Internacionais do Senado, Fernando Collor, mas não despertou preocupação no Executivo.

O Brasil, segundo lembrou ao **Valor** um graduado integrante do governo, já vem fazendo exatamente o que Franco disse querer, em seu discurso: criando condições para instalar indústrias no Paraguai e aumentar o consumo local da energia de Itaipu, hoje vendida - não cedida - ao Brasil.

O discurso de Franco foi visto no Palácio do Planalto como manifestação "para o público interno". De fato, o governo paraguaio, segundo o Itamaraty, não enviou nenhuma notificação sobre Itaipu, e uma leitura atenta do discurso de Franco mostra que ele se referia à necessidade de criar, no Paraguai, demanda para a energia de Itaipu, hoje não usada pelo país.

Desde 2010, com financiamento de US\$ 400 milhões do Fundo de Convergência Estrutural (Focem), do Mercosul, na maior parte bancados pelo governo brasileiro, os paraguaios constroem uma linha de transmissão de 500 quilowatts, de Itaipu a Villa Hayes, próxima à capital, Assunção. A linha faz parte do acordo firmado pelos ex-presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, que a anunciaram como uma forma de aumentar o consumo de energia no Paraguai, com instalação de empresas no país para aproveitar a energia barata.

Franco e seu ministério são favoráveis a planos que vinham sendo negociados por Lugo com a Alcan Rio Tinto para instalar no país uma fábrica de alumínio primário e um polo industrial. A empresa não comenta o assunto, mas pessoas próximas às negociações, ouvidas pelo **Valor**, informam que os planos dependeriam do cenário econômico internacional e demandariam ainda anos para sua realização.

O aumento do uso de energia de Itaipu pelo Paraguai, dono de metade da usina, é algo "normal" e "previsível", disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, encarregado de auxiliar o governo no planejamento energético.

No planejamento brasileiro, se estima uma redução gradual, mas não muito significativa, da oferta de energia de Itaipu, hoje comprada do Paraguai. Não há previsão para um aumento muito grande, mas esses planos podem ser revistos sem problemas, caso haja anúncio de instalação de indústrias no país vizinho, diz Tolmasquim.

"Um aumento de consumo no Paraguai não ocorrerá da noite para o dia, temos tempo para preparar alternativas aqui", afirmou o executivo. Com a desaceleração da economia mundial, diz ele, a oferta prevista gera excedentes de energia no Brasil pelo menos até 2014. "Hoje, pagamos o preço de mercado, acima de US\$ 50 o megawatt-hora (MWh) pela energia garantida de Itaipu", informou.

Pela energia excedente, sem garantia de regularidade no fornecimento, Brasil e Paraguai pagam bem menos, em torno de US\$ 9 o MWh. O Paraguai usa metade dessa energia excedente e recebe compensação adicional pela parte vendida ao Brasil.

Brasil rejeita negociar Itaipu com Paraguai. Flávia Marreiro – Folha de São Paulo, Mundo. 11/08/2012

Assessor internacional de Dilma diz que ideia de Assunção de rever preço de energia "não está em consideração". Para Garcia, declarações paraguaias são para "consumo interno" e desconsideram ajuda brasileira ao país.

O assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, descartou ontem que o Brasil volte a negociar o valor pago pela energia excedente de Itaipu que compra do Paraguai, como deseja o novo governo do país.

"Não está em consideração isso. Nós fizemos uma negociação muito importante, que sofreu restrições aqui no Brasil", disse Garcia em São Paulo após palestra na Fundação Getulio Vargas.

O assessor se referia a acordo fechado em 2009 -e aprovado no Congresso no ano passado, sob críticas da oposição ao governo Dilma- que triplicou o repassado pelo Brasil ao Paraguai, de US\$ 120 milhões a US\$ 360 milhões.

Em entrevista à Folha ontem, porém, o chanceler paraguaio, José Félix Estigarribia, disse que seu governo considera o valor insuficiente e que "está pronto" para seguir negociando a questão.

O ministro diz que essa é uma intenção do presidente Federico Franco, que nesta semana prometeu que o Paraguai vai parar de "ceder" energia ao Brasil e à Argentina, com quem também tem hidrelétrica binacional.

Garcia diz que as manifestações recentes do Paraguai, suspenso do Mercosul após a destituição-relâmpago de Fernando Lugo em junho, são para "consumo interno".

"É jogo de cena ou desinformação, não sei muito bem", disse.

Além do acordo de preço, o assessor cita como ação pró-Paraguai a construção de uma linha de transmissão ligando Itaipu à capital paraguaia, com financiamento brasileiro, que ajudará o país a melhorar seu abastecimento de energia, inclusive para indústrias. "Que querem mais que isso?"

Sob ataque na imprensa paraguaia, Garcia reiterou que, quando voltar ao Mercosul, Assunção não poderá questionar decisões tomadas pelo bloco no período de suspensão, em especial a adesão da Venezuela.

Ele classificou de "inacreditável" as críticas à entrada do país de Hugo Chávez ao bloco à revelia de Assunção.

Para Garcia, o bloco não poderia ser paralisado pela situação paraguaia. "Se amadurece o acordo com a União Europeia, nós não vamos poder fazer?"

O assessor de Dilma Rousseff defendeu ainda uma investigação internacional independente sobre o massacre de Curuguaty, conflito entre policiais e sem-terra que matou 17 paraguaios e foi um dos motivos listados pelo Senado para destituir Lugo.

"Uma averiguação internacional independente produziria muita luz sobre tudo que aconteceu no Paraguai nos últimos tempos. Muita."

Brasil, o vencedor na ampliação do Mercosul – O Estado de São Paulo. 12/08/2012

A Venezuela pode parecer a vitoriosa, mas as poucas possibilidades de exportação e a economia estatizada significam revezes em sua relação com os vizinhos

A sabedoria convencional diz que a Venezuela foi a grande vencedora da última cúpula do Mercosul, quando o país ingressou oficialmente, enfim, no bloco comercial sul-americano. Para mim, porém, o grande vencedor foi o Brasil. Evidentemente, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, ao lado da presidente brasileira, Dilma Rousseff, da presidente argentina, Cristina Kirchner, e do presidente uruguaio, José Mujica, foi o centro das atenções em Brasília, enquanto assinava a incorporação oficial da Venezuela ao Mercosul.

Era a primeira viagem oficial ao exterior de Chávez não relacionada ao seu tratamento de câncer, em Cuba, em mais de um ano e uma grande vitória propagandística em sua campanha para vencer a eleição de 7 de outubro em seu país.

A foto de Chávez sorrindo ao lado dos presidentes dos maiores países da América do Sul não só o ajudou a desarmar alegações de críticos de que ele não está fisicamente apto a concorrer à presidência, mas também o ajudou a defender, em seu país, que ele não é nenhum pária internacional cujos amigos estrangeiros são os ditadores de Cuba, Síria, Irã e Bielo-Rússia.

De mais a mais, a incorporação da Venezuela ao Mercosul deu à campanha de reeleição de Chávez um novo tema para reforçar as esperanças dos venezuelanos, no momento em que o país se vê às voltas com uma inflação galopante, seguidos apagões de energia e índices recordes de criminalidade.

"Essa é a maior oportunidade histórica da Venezuela em 200 anos", disse Chávez na cerimônia do Mercosul. "O Mercosul será, sem dúvida, o principal motor para garantir nossa

independência e acelerar nosso desenvolvimento." Com a inclusão da Venezuela, o bloco será a "quinta potência mundial", com uma economia combinada de US\$ 3,3 trilhões, 83% da produção econômica da América do Sul e 270 milhões de pessoas, de acordo com ele.

No entanto, um teste de realidade nas afirmações grandiloquentes feitas por Chávez e pelos outros presidentes na cerimônia de Brasília revela que o Mercosul, longe de ser um gigante econômico em ascensão, corre o risco de seguir os passos de malfadadas associações sul-americanas anteriores de livre comércio, como a Alalc, nos anos 60, e a Aladi, na década de 80.

Para começar, o comércio entre os membros do Mercosul vem caindo acentuadamente nos últimos anos. Segundo a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal), o comércio entre os membros do Mercosul, que chegou a representar 25% do comércio do bloco com o resto mundo, em 1998, caiu para 15,2% no ano passado.

O declínio não ocorreu apenas em razão do fato de que os membros do Mercosul aumentaram dramaticamente seu comércio com a China, mas também porque eles estão colocando obstáculos comerciais crescentes entre eles. No começo deste ano, a Argentina adicionou quase 200 produtos - incluindo laptops e motos - em sua lista de importações mundiais que requerem licenças de comércio exterior não automáticas, bloqueando dezenas de importações de países do Mercosul.

O Brasil retaliou, bloqueando importações automáticas de vários produtos argentinos, entre os quais vinho e batata. O comércio entre Brasil e Argentina, os maiores membros do bloco comercial, deve diminuir 10% este ano.

Quanto à alegação de Chávez de que com a inclusão da Venezuela o Mercosul seu país será a "quinta potência mundial", a verdade é que o Brasil, sozinho, já é a quinta ou sexta economia do mundo.

Questionados se a entrada da Venezuela no Mercosul dará um renovado vigor ao bloco, especialistas em comércio foram céticos. Eles dizem que, após 12 anos de políticas econômicas desastrosas de Chávez, a Venezuela, rica em petróleo, ficou virtualmente sem nenhuma indústria de fabricação competitiva e precisa importar aproximadamente 70% de suas necessidades alimentares. Portanto, ela não tem quase nada para exportar a seus colegas do Mercosul.

Para a maioria dos especialistas, a expansão do Mercosul é, mais do que tudo, um "teatro político". A economia estatal da Venezuela está tão em descompasso com as regras do Mercosul que o documento que Chávez assinou na semana passada contém centenas de exceções. Com o passar dos anos, a Venezuela terá de adicionar outras centenas, dizem especialistas.

Na minha opinião, se há algum vencedor no ingresso da Venezuela no Mercosul, é o Brasil. E, em menor grau, a Argentina. Ambos poderão vender alimentos e produtos manufaturados à Venezuela com tarifas preferenciais.

Na reunião em Brasília, Dilma e Chávez já assinaram um acordo para a compra pela Venezuela de seis aviões comerciais Embraer E-190, fabricados no Brasil. Isso faz parte de um acordo ainda maior que poderá incluir compras venezuelanas no valor de US\$ 900 milhões.

Eles poderiam ter feito tudo isso sem todo o show do Mercosul, mas Chávez queria a coreografia para vender aos eleitores em casa o sonho de que eles estarão se juntando ao

expansivo bloco comercial sul-americano. Isso pode ser bom para Chávez, mas não necessariamente para a Venezuela.

Venezuela vacila ao entrar no Mercosul. Sergio Leo – Valor Econômico. 13/08/2012

Enquanto as atenções se voltavam para um factóide criado em torno do presidente paraguaio, Federico Franco, que, em discurso na semana passada, explicitou a tradicional insatisfação do vizinho com os rendimentos de Itaipu, diplomatas e técnicos do governo cuidavam de problema mais relevante: a difícil adaptação da Venezuela para integrar, de fato, o Mercosul. Está em jogo a credibilidade do bloco e a seriedade do novo sócio, que emite sinais contraditórios.

Os venezuelanos mostram não ter pressa para conciliar as regras comerciais do país às do bloco do Cone Sul. E o presidente venezuelano, Hugo Chávez, informou à presidente Dilma Rousseff: em campanha eleitoral, evitará definições que possam ser exploradas pela oposição. A oposição, porém, não tem dado muita atenção ao tema, que é mencionado por empresários locais, temerosos da ameaça da competição com brasileiros e argentinos.

O Palácio do Planalto abrigou as reticências de Chávez, em troca da garantia de que, passadas as eleições, apressará o ritmo das conversas para a integração da Venezuela.

Seria erro de Dilma deixar negociação apenas aos técnicos

O governo brasileiro avalia que, se bem-sucedida, a entrada do país tende a favorecer produtos brasileiros em relação a fornecedores tradicionais dos venezuelanos, como a Colômbia. Mas Dilma também não pretende briga com o presidente colombiano, Juan Manuel Santos, que considera aliado nos esforços para integração no continente. Ela fala em estreitar os laços comerciais com a Colômbia, embora não mostre ainda uma estratégia clara para isso.

Pelo menos dois grandes empresários ouviram, nos últimos dias, do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, que o governo quer "a Colômbia no Mercosul". Não é afirmação a ser tomada ao pé da letra: para ser integrante pleno do Mercosul, com quem já tem acordo como Estado associado, a Colômbia teria de adotar a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco e romper o recém-sancionado acordo de livre comércio com os Estados Unidos, algo inimaginável em Bogotá.

O que os assessores de Dilma defendem é um esforço para negociar, com os colombianos, maneiras de reforçar a presença do país no Mercosul, de maneira a reduzir os efeitos negativos, para o vizinho caribenhos, da incorporação da Venezuela ao Mercosul - e claro, abrir mercado a produtos brasileiros na Colômbia. Negociações para um acordo automotivo com a Colômbia, paralisadas há anos, poderiam ser reanimadas, por exemplo.

Além do esforço com a Venezuela, neste ano, outros países sul-americanos merecerão, no máximo, declarações políticas no que se refere ao Mercosul. As negociações para incorporar o novo sócio já darão trabalho suficiente aos técnicos. Entre os problemas de competitividade dos venezuelanos, está a moeda sobrevalorizada, que consultorias locais, como a Ecoanalítica, calculam precisar de desvalorização superior a 100% para compensar os aumentos de custos dos últimos anos.

Especula-se na Venezuela que o Mercosul poderá servir de pretexto para sancionar uma desvalorização do bolívar após as eleições, ainda que muito abaixo dos 100%. Com uma inflação de 8,6% de janeiro a julho deste ano (quase 20% no período de 12 meses), a esqualida indústria venezuelana faz as dificuldades do setor privado brasileiro parecerem cócegas.

Some-se o crônico déficit comercial do país e seria fácil prever que os negociadores venezuelanos mostrariam, como já mostraram, a disposição de adiar ao máximo definições necessárias para a integração comercial da Venezuela ao Mercosul.

O governo brasileiro gostaria de começar já a troca de informações para facilitar a convergência entre as tarifas de importação da Venezuela e as do Mercosul, mas os venezuelanos só admitem começar a falar em mudanças de tarifas após concluído o esforço para adaptar as regras de classificação venezuelanas à nomenclatura comum do Mercosul, a NCM, usada na administração e estatísticas do comércio do bloco.

Pelo ritmo desejado em Caracas, o Brasil chegaria ao fim de sua presidência temporária do Mercosul, neste semestre, sem grande avanço ou definições na integração venezuelana, a não ser a adoção do sistema de classificação de mercadorias do Mercosul.

Hoje, em Montevideu, negociadores do Mercosul se reúnem para discutir um cronograma das negociações com a Venezuela. Segundo informaram diplomatas brasileiros aos técnicos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), na semana passada, o Brasil quer realizar reuniões de cinco dias, mensais, até o fim do ano, para garantir avanços nas conversas para adoção da TEC e de outros compromissos do bloco pelos venezuelanos.

"Vamos acompanhar de perto o cumprimento do protocolo de adesão pela Venezuela", comentou a gerente-executiva de negociações internacionais da CNI, Soraya Rosar, que ainda lembra das reuniões de negociação com o país, em 2006, canceladas com frequência pela ausência dos venezuelanos. "A burocracia na Venezuela dificulta até conhecer as tarifas aplicadas", nota ela. A CNI vem atualizando os dados comerciais, para orientar as conversas com a equipe de Chávez e espera que não se repita um problema dos anos anteriores, quando, a cada reunião, eram diferentes os representantes do lado venezuelano.

Pela experiência passada, e as ainda existentes resistências venezuelanas, seria um erro de Dilma deixar para os técnicos as negociações com a Venezuela, a menos que ela esteja desinteressada dos resultados comerciais possíveis com o novo sócio do Mercosul.

Detalhe curioso: como se sabe, a entrada da Venezuela se deu sem a necessária aprovação do Paraguai, suspenso do bloco, acusado de descumprir os compromissos democráticos do Mercosul. Os parlamentares paraguaios ameaçaram votar - contra - o protocolo de adesão da Venezuela, criando um fato consumado, mas voltaram atrás, na semana passada. Adiaram a votação, num sinal de que não pretendem queimar tão cedo as pontes que conduzem o país de volta ao bloco sul-americano.

Brasil participa de discussões na OIE. Mônica Bidese – Site do MAPA. 14/08/2012

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participou da reunião da Comissão Regional da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, sigla em inglês) para as Américas, na última semana, em Washington, nos Estados Unidos. Além de promover a

discussão de temas relevantes para a defesa sanitária animal na região, durante o encontro foram definidas as novas estratégias da equipe da OIE constituída em Paris, no mês de maio deste ano. O representante do Mapa no encontro foi o diretor do departamento de Saúde Animal (SDA), Guilherme Marques, que também é o vice-presidente da Comissão Regional da OIE para as Américas. O presidente da instituição é o americano John Clifford.

O Brasil, país membro fundador da entidade, participa das discussões e defende os interesses nacionais e regionais relacionados à política de sanidade animal. “Nessa primeira reunião da mesa diretiva da OIE para as Américas foi muito favorável, pois definimos as linhas estratégicas para o continente, buscaremos a coesão de todos os países para a solução de problemas regionais, como a erradicação da febre aftosa e a implementação de ações para acabar definitivamente com a peste suína.”, disse.

Também ficou definido que na 21ª Conferência da Comissão Regional da OIE para as Américas, que se realizará em Barbados, onde deverão participar os 30 países membros da OIE, será discutida a integração de outros seis países como membros da OIE. Segundo Marques, o objetivo é somar o maior número possível de países para garantir maior participação na OIE e definir estratégias de ação do continente americano. Essas ações são preparatórias ao tradicional encontro da OIE, que ocorre sempre no mês de maio de cada ano, em Paris. “Mas para que isso ocorra é preciso ter o engajamento dos países do continente, com a adesão desses seis países melhoraremos a participação do continente americano”, salientou.

G-20 avalia alta dos alimentos. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/08/2012

A França e os Estados Unidos articulavam ontem uma reunião telefônica a ser feita amanhã para verificar se há necessidade de o G-20 dar uma resposta à alta de preços dos alimentos causada pela pior seca nos últimos 50 anos nos EUA. A ideia é convocar o primeiro encontro do Foro de Reação Rápida - instância criada em 2011 para oferecer uma contrapartida em caso de forte tensão nos mercados e prevenir uma crise alimentar mundial.

O **Valor** apurou que o plano é evitar, de um lado, que produtores agrícolas restrinjam as exportações e, de outro, que importadores se apressem em acumular enormes estoques de cereais. Nos dois casos haveria uma explosão de preços com capacidade de deflagrar uma nova crise alimentar mundial.

As reações entre os negociadores foram variadas. Alguns consideraram que a convocação do foro poderia gerar mais pânico no mercado, levando-se em consideração que os EUA vão perder um sexto da colheita de milho. Para outra parcela de negociadores, uma resposta conjunta do G-20 é vista como positiva, pois faria com que os países se comprometessem a evitar os erros cometidos na crise de alimentos de 2007/2008.

Alta dos grãos entra na pauta do G-20. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/08/2012

França e Estados Unidos articulavam ontem a realização de uma reunião telefônica na quarta-feira com o intuito de verificar se há necessidade de o G-20 dar uma resposta à alta de preços dos alimentos provocada pela pior seca nos últimos 50 anos nos EUA. A ideia é convocar o primeiro encontro do Foro de Reação Rápida - instância criada em 2011 para oferecer uma

contrapartida em caso de forte tensão nos mercados e prevenir uma crise alimentar mundial - entre o fim de setembro e o começo de outubro, em Roma.

O **Valor** apurou que o plano é evitar, de um lado, que países produtores de commodities agrícolas restrinjam as exportações e, de outro, que importadores se apressem em acumular enormes estoques de cereais. Nos dois casos haveria uma explosão de preços com capacidade de deflagrar uma nova crise alimentar mundial.

No entanto, as reações entre diferentes negociadores foram variadas. Alguns deles avaliaram que a convocação do foro poderia gerar mais pânico no mercado, levando-se em consideração que os EUA vão perder um sexto de sua colheita de milho e o prejuízo já provocou alta de 23% nos preços do grão desde julho.

A própria Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) insiste que a situação atual é bem diferente da crise de 2007-2008. Vários fatores influenciam a visão da agência: os estoques de trigo permanecem elevados, os preços do arroz (principal commodity na Ásia) estão estáveis e vários produtos não negociados em bolsa apresentam boas colheitas, como o feijão e a mandioca.

Contudo, o ministro da Agricultura da França, Stéphane Le Foll, observou que o relatório do Departamento de Agricultura americano (USDA) divulgado na semana passada confirma a degradação das perspectivas das colheitas de milho e soja nos EUA. A avaliação de Le Foll fez com que certos negociadores indagassem se a França teria algum benefício político em convocar a reunião para uma situação que na prática, segundo eles, ainda não exige tal posição.

Mas para outra parcela de negociadores, uma resposta conjunta do G-20 é vista como positiva, pois faz com que os países se comprometam a evitar os erros cometidos em 2007 e 2008. Na ocasião, a crise alimentar foi impulsionada pela decisão de vários países restringirem as exportações, inclusive a própria Índia, que é uma importadora agrícola. Outra consequência foi a corrida dos importadores para reforçar enormemente os estoques.

A atuação de China e Tailândia no mercado de arroz foi responsável pelo aumento de 30% nos preços do cereal. Em 2010, a Rússia impôs embargo total a suas exportações de trigo após uma severa estiagem, o que ajudou para a explosão dos preços no mercado internacional. A Argentina impõe taxas sobre suas exportações que também restringem o comércio.

Para a FAO, portanto, a resposta deveria começar pelo engajamento dos países na manutenção dos níveis de exportações e não pela adoção de medidas políticas unilaterais. José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO, também propôs que os EUA suspendam temporariamente seu mandato de produção de etanol. A ideia é que a obrigatoriedade da mistura de 10% do bicomcombustível na gasolina diminua para cerca de 8% até que os efeitos da seca estejam distantes.

Para Conception Calpe, especialista em preços agrícolas da FAO, os países africanos, no cenário atual, podem ser os mais atingidos, mesmo que tenham investido em agricultura desde a crise de 2007. Já os produtores latino-americanos levam vantagem com essa situação e podem se beneficiar dos altos preços se não restringirem as exportações, medida que parece fora do radar nos países da região.

Brics iniciam debate sobre criação de um banco de desenvolvimento. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/08/2012

A primeira reunião para a criação do banco de desenvolvimento dos Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - ocorrerá hoje no Rio de Janeiro, trazendo na agenda a proposta de capital inicial da instituição.

A Índia sugere que o banco comece a funcionar com capital em torno de US\$ 50 bilhões. O Brasil, por sua vez, defende que a participação no capital seja dividida em partes iguais entre os cinco membros do grupo. Assim, não haveria peso maior da China, que tem mais de US\$ 3,2 trilhões em reservas internacionais e portanto mais poder de fogo financeiro do que os outros juntos.

A partir do encontro do Rio, os membros dos Brics vão negociar a composição do capital, governança, localização e liderança da nova instituição.

O banco precisará ser criado em bases que o levem a obter bom rating de crédito, para assegurar acesso a financiamento barato. Para Robert Zoellick, ex-presidente do Banco Mundial, esse será um dos principais desafios da futura instituição dos emergentes.

Pela orientação dos líderes dos Brics, o objetivo é que as bases do banco estejam definidas quando se reunirem de novo, em março do ano que vem na África do Sul.

A Índia se inspira muito em argumentos do Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz no debate sobre o banco. Stiglitz escreveu que o dinheiro está nos emergentes e, para romper o círculo das desigualdades, é preciso colocar fim ao fluxo de capital dos pobres para os ricos.

Para o economista, as economias dos Brics são maiores do que as dos países industrializados que formaram o Banco Mundial em 1944. Assim, o grupo deve se unir na formação de uma instituição financeira global, porque os mercados e a globalização não estão funcionando do jeito que os emergentes gostariam.

Negociadores em Nova Déli têm reiterado que o Banco Mundial demorou cinco anos para ser criado e o Banco Asiático de Desenvolvimento, outros três, de forma que o banco dos Brics não vai surgir da noite para o dia.

Por outro lado, o presidente sul-africano, Jacob Zuma, não esconde o interesse em acelerar a criação do banco, já que vê oportunidade de obter créditos para obras em estradas, represas e portos, que poderão ter participação dos outros membros do grupo.

A presidência brasileira do Mercosul. Rubens Barbosa – O Estado de São Paulo. 14/08/2012

O Brasil está assumindo a presidência do Mercosul no momento mais delicado do grupo nos últimos 21 anos. A crise deflagrada em Mendoza, na Argentina, com a suspensão do Paraguai e a inclusão da Venezuela terá profundas consequências sobre o funcionamento do Mercosul nos próximos anos, cabendo ao Brasil administrar até dezembro os primeiros meses dessa situação inédita.

Os desafios e incertezas colocados pela ausência do Paraguai e pela presença da Venezuela com direito a voto darão à presidência do Brasil uma característica especial e bem distinta das exercidas até aqui.

No tocante aos temas econômicos e comerciais, herdados de reuniões anteriores, dificilmente poderão ser concluídas as conversações sobre inovação, integração produtiva, interligação de centros de pesquisa, a criação de uma agência de ciência e tecnologia, assim como o fundo de garantia de pequenas e médias empresas, criado em Mendoza, e a possível instalação de escritório regional de aduanas com sede no Rio de Janeiro.

O reinício das negociações com a Venezuela sobre a definição dos compromissos assumidos no Protocolo de Adesão terá prioridade. Foi constituído um grupo de trabalho com a Venezuela, que deverá concluir a definição dos prazos para a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum, para a liberalização do comércio com os parceiros do Mercosul, para a incorporação dos regulamentos e normas aprovados pelo bloco ao ordenamento jurídico venezuelano.

Não menos importante, serão negociados prazos para a aceitação da nomenclatura de produtos do Mercosul (hoje a Venezuela aplica a nomenclatura do Grupo Andino), além da aprovação dos acordos comerciais firmados pelo Mercosul com o Egito e com a Autoridade Palestina e Israel, tendo em mente que Hugo Chávez rompeu relações com Tel-Aviv.

O grupo, a partir do último dia 12 de agosto, terá 180 dias, prorrogáveis por mais seis meses, para concluir seus trabalhos. A expectativa brasileira - aparentemente corroborada por declarações de Chávez - é de que o processo esteja concluído até o final do ano, já que o Protocolo de Adesão foi amplamente discutido até 2008. Novos prazos terão de ser ajustados e o governo de Caracas terá de tomar decisões políticas quanto à participação nos fundos do Mercosul, como o Focem (recursos para obras de infraestrutura), que deverá ser ampliado e revisado, e ao acordo com Israel, com relações rompidas pela Venezuela. Deverá também ser examinada a adesão da Venezuela ao Acordo de Alcance Parcial n.º 18, que incorpora o Tratado de Assunção à Aladi, base legal para que as preferências tarifárias concedidas pela Venezuela não se estendam aos demais países aladianos.

Talvez com o objetivo de atrair o setor privado, crítico do ingresso da Venezuela, deverá ser criado o Fórum Empresarial, que passará a reunir-se em paralelo aos encontros presidenciais do Conselho do Mercosul.

O Brasil terá de coordenar, durante a sua presidência, o ingresso de novo membro, visto que o Equador, convidado, já aceitou. A adesão da Bolívia, do Suriname e da Guiana deverá ficar para mais tarde. Nesse particular, certamente serão discutidos critérios mais flexíveis - a exemplo do que ocorreu com a Venezuela - para a incorporação de outros países ao bloco. Parece clara a intenção de ampliar o Mercosul para incluir todos os países sul-americanos, o que poderá coincidir com a composição da Unasul e propiciar a fusão de ambos.

A agenda externa do grupo, em sua nova composição - acordo com a União Europeia e o Canadá e a oferta da China de ser feito um estudo de viabilidade sobre um eventual acordo de livre-comércio com o Mercosul -, também deverá ser examinada, com poucas possibilidades de avanços por causa das barreiras protecionistas argentinas e das dificuldades da indústria brasileira.

O Mercosul entra decididamente em nova fase. Os temas políticos e sociais certamente serão ampliados (pacto social, cidadania, nova composição do Parlamento).

Menor país do Mercosul, o mais pobre e extremamente dependente da economia brasileira, o Paraguai não tem alternativa e não deverá abandonar o bloco. O Executivo paraguaio enviou ao Congresso o Protocolo de Adesão da Venezuela e ameaça tomar uma série de medidas de natureza política, como levar a decisão de suspendê-lo à Corte Internacional de Justiça de Haia, não ceder a energia gerada em Itaipu ao Brasil, conforme o tratado que regulou a criação da hidrelétrica binacional, aproximar-se dos EUA, cogitar do ingresso na Aliança do Pacífico (acordo entre Chile, México, Peru e Colômbia) e outras. Dificilmente, contudo, o governo de Assunção terá condições de levar a cabo essas bravatas nacionalistas, mais para consumo interno do que com intenção de criar uma crise com seus principais vizinhos.

No caso do rompimento do Tratado de Itaipu, que prevê a cessão da parte não utilizada dos 50% da energia que cabe ao Paraguai, além de não ter a quem vendê-la, pois não existem linhas de transmissão para a Argentina ou o Chile, o Brasil poderia reagir vigorosamente por ser um assunto de segurança nacional, uma vez que 20% da energia é consumida na área mais industrializada, no Sul e no Sudeste do País. O Congresso paraguaio, se rejeitar o ingresso de Chávez, criará uma situação que, a partir da sua reintegração ao Mercosul depois das eleições presidenciais, em abril de 2013, levará o país ao confronto com a Venezuela e os demais membros do Mercosul. O entendimento do governo brasileiro é que Assunção não poderá questionar as decisões tomadas pelo bloco no período de suspensão, em especial a adesão da Venezuela.

O grande desafio para o Brasil - agora, na presidência do Mercosul, e também no futuro - será administrar as frustrações e os ressentimentos do pequeno Paraguai.

Presidentes discutem mudanças para aumentar a competitividade do país – Site da CNA. 15/08/2012

Para os presidentes de 124 grandes empresas do país, com faturamento acima de R\$ 1 bilhão, o chamado "custo Brasil", que inclui questões tributárias, de infraestrutura e trabalhistas, ainda é o maior entrave em relação ao aumento da competitividade internacional.

Em um fórum organizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), por ocasião do 38o Congresso Nacional Sobre Gestão de Pessoas (Conarh), eles não só admitiram que é hora de ampliar sua participação na discussão desses temas macroeconômicos junto ao governo, como fizeram um "mea culpa" em relação à gestão das próprias companhias. Para os executivos, muitas oportunidades foram perdidas nos últimos anos e é hora de rever os modelos de gestão e de formação de lideranças para poder lidar melhor com os desafios futuros.

Alessandro Carlucci, presidente da Natura, diz que é necessário entender o tamanho das mudanças que o país vai enfrentar nos próximos anos. "Não adianta resolver questões pontuais e pequenas, como aconteceu na área trabalhista. Precisamos promover transformações de maior relevância e peso", disse ao Valor. "O cenário atual impõe resoluções emergenciais. Precisamos estar alertas e não apenas contar com a sorte", afirma.

Marcelo Araújo, presidente do grupo Libra, que atua na área de logística e infraestrutura para portos e aeroportos, ressalta que este é o momento de aumentar a flexibilidade na economia

brasileira. "Andamos com uma bola de ferro amarrada aos pés". Para ele, houve pouco avanço em temas importantes nos últimos tempos de bonança.

Em pesquisa apresentada durante o fórum e cedida ao Valor, 71% dos presidentes disseram que os custos tributários, seguidos da questão da infraestrutura (70%) e da qualidade do capital humano (49%) são os maiores empecilhos para o aumento da competitividade nacional. A professora e consultora Betania Tanure, uma das coordenadoras do levantamento ao lado de Luiz Carlos Cabrera e Vicky Bloch, diz que as políticas públicas e a questão da educação, surgiram como as duas grandes preocupações dos dirigentes. Para Cledorvino Bellini, presidente da Fiat, o problema começa muito antes da formação gerencial. "O país vive enorme "gap" em relação ao ensino básico, com um número alarmante de analfabetos funcionais", diz.

Quando questionados se suas companhias aproveitaram o período de crescimento da economia brasileira, 85% dos presidentes afirmaram terem feito isso apenas "parcialmente". Para Betania, a razão de 45% dos dirigentes terem dito que seu quadro de executivos também estava "parcialmente" comprometido com os objetivos da companhia explica essa percepção. "O fato de os executivos não estarem tão engajados em um momento de crescimento significa que eles não aproveitaram todas as oportunidades", diz. Ela ressalta que em um cenário de instabilidade essa atitude pode ter consequências muito mais dramáticas.

A previsão de 49% dos presidentes é que o resultado de suas empresas fique aquém do previsto este ano. "Essa desaceleração pode influenciar toda a cadeia produtiva. O descrédito desses dirigentes pode ter um efeito moral perigoso", alerta Elaine Saad, vice-presidente da ABRH.

O papel do CEO como grande "influenciador" no clima da organização é fundamental para virar o jogo, afirma Betania. O presidente da Bunge, Pedro Parente, ressalta que, com as redes sociais, a palavra do número um da companhia reverbera rapidamente entre acionistas, funcionários e consumidores. "Antes, era possível ter uma verdade adaptada para cada público. Hoje, não existe tempo para isso. É preciso cuidar da mensagem", alerta.

Embora no curto prazo a expectativa dos presidentes seja pessimista, quando questionados sobre a perspectiva para os próximos cinco anos, 53% acreditam que o desempenho de suas companhias será excepcional. "O momento agora é de volatilidade, mas acredito que o PIB volte a crescer em torno de 4%", diz Marcelo Araújo, do grupo Libra. O presidente da Natura, Alessandro Carlucci, afirma que o país está perdendo espaço no cenário internacional e que precisa mudar rapidamente para se tornar mais competitivo. "Em comparação aos Brics e a outros países como Turquia, Coreia e México, somos hoje os últimos da classe."

Mercosul versus a nova Alca versus a China. Samuel Pinheiro Guimarães – Carta Maior. 17/08/2012

Hoje, o embate político, econômico e ideológico na América do Sul se trava entre os Estados Unidos, a maior potência do mundo; a crescente presença chinesa, com suas investidas para garantir acesso a recursos naturais, ao suprimento de alimentos e de suas exportações de manufaturas; e as políticas dos países do Mercosul, que ainda entretêm aspirações de desenvolvimento soberano, pretendem atingir níveis de desenvolvimento social elevado e que sabem que, para alcançar estes objetivos, a ação do Estado, é indispensável. O artigo é de Samuel Pinheiro Guimarães.

1. Todo o noticiário sobre Mercosul, Aliança do Pacífico, Parceria Transpacífica e China tem a ver com um embate ideológico entre duas concepções de política de desenvolvimento econômico e social.
2. A primeira dessas concepções afirma que o principal obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento é a ação do Estado na economia.
3. A ação direta do Estado na economia, através de empresas estatais, como a Petrobrás, ou indireta, através de políticas tributárias e creditícias para estimular empresas consideradas estratégicas, como a ação de financiamento do BNDES, distorceria as forças de mercado e prejudicaria a alocação eficiente de recursos.
4. Nesta visão privatista e individualista, uma política de eliminação dos obstáculos ao comércio e à circulação de capitais; de não discriminação entre empresas nacionais e estrangeiras; de eliminação de reservas de mercado; de mínima regulamentação da atividade empresarial, inclusive financeira; e de privatização de empresas estatais conduziria a uma eficiente divisão internacional do trabalho em que todas as sociedades participariam de forma equânime e atingiriam os mais elevados níveis de crescimento e desenvolvimento.
5. Esta visão da economia se fundamenta em premissas equivocadas. Primeiro, de que todos os Estados partem de um mesmo nível de desenvolvimento, de que não há Estados mais e menos desenvolvidos. Segundo, de que as empresas são todas iguais ou pelo menos muito semelhantes em dimensão de produção, de capacidade financeira e tecnológica e de que não são capazes de influir sobre os preços. Terceiro, de que há plena liberdade de movimento da mão de obra entre os Estados. Quarto, de que há pleno acesso à tecnologia que pode ser adquirida livremente no mercado. Quinto, de que todos os Estados, inclusive aqueles mais desenvolvidos, seguem hoje e teriam seguido passado esse tipo de políticas.
6. Como é óbvio, estas premissas não correspondem nem à realidade da economia mundial, que é muito, muito mais complexa, nem ao desenvolvimento histórico do capitalismo.
7. Historicamente, as nações hoje altamente desenvolvidas utilizaram uma gama de instrumentos de política econômica que permitiram o fortalecimento de suas empresas, de suas economias e de seus Estados nacionais. Isto ocorreu mesmo na Inglaterra, que foi a nação líder do desenvolvimento capitalista industrial, com a Lei de Navegação, que obrigava o transporte em navios ingleses de todo o seu comércio de importação e exportação; com a política de restrição às exportações de lã em bruto e às importações de tecidos de lã; com as restrições à exportação de máquinas e à imigração de “técnicos”.
8. Políticas semelhantes utilizaram a França, a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão. Países que não o fizeram naquela época, tais como Portugal e Espanha, não se desenvolveram industrialmente e, portanto, não se desenvolveram.
9. Se assim foi historicamente, a realidade da economia atual é a de mercados financeiros e industriais oligopolizados em nível global por megaempresas multinacionais, cujas sedes se encontram nos países altamente desenvolvidos. A lista das maiores empresas do mundo, publicada pela revista Forbes, apresenta dados sobre essas empresas cujo faturamento é superior ao PIB de muitos países. Das 500 maiores empresas, 400 se encontram operando na China. Os países altamente desenvolvidos protegem da competição estrangeira setores de sua economia como a agricultura e outros de alta tecnologia. Através de seus gigantescos orçamentos de

defesa, todos, inclusive a Alemanha e o Japão, que não poderiam legalmente ter forças armadas, subsidiam as suas empresas e estimulam o desenvolvimento científico e tecnológico. Com os programas do tipo “Buy American” e outros semelhantes, privilegiam as empresas nacionais de seus países; através da legislação e de acordos cada vez mais restritivos de proteção à propriedade intelectual, dificultam e até impedem a difusão do conhecimento tecnológico. Através de agressivas políticas de “abertura de mercados” obtêm acesso aos recursos naturais (petróleo, minérios etc) e aos mercados dos países periféricos, em troca de uma falsa reciprocidade, e conseguem garantir para suas megaempresas um tratamento privilegiado em relação às empresas locais, inclusive no campo jurídico, com os acordos de proteção e promoção de investimentos, pelos quais obtêm a extraterritorialidade. Como é sabido, protegem seus mercados de trabalho através de todo tipo de restrição à imigração, favorecendo, porém, a de pessoal altamente qualificado, atraindo cientistas e engenheiros, colhendo as melhores “flores” dos jardins periféricos.

10. A segunda concepção de desenvolvimento econômico e social afirma que, dada a realidade da economia mundial e de sua dinâmica, e a realidade das economias subdesenvolvidas, é essencial a ação do Estado para superar os três desafios que tem de enfrentar os países periféricos, ex-colônias, algumas mais outras menos recentes, mas todas vítimas da exploração colonial direta ou indireta. Esses desafios são a redução das disparidades sociais, a eliminação das vulnerabilidades externas e o pleno desenvolvimento de seu potencial de recursos naturais, de sua mão de obra e de seu capital.

11. As extremas disparidades sociais, as graves vulnerabilidades externas, o potencial não desenvolvido caracterizam o Brasil, mas também todas as economias sul-americanas. A superação desses desafios não poderá ocorrer sem a ação do Estado, pela simples aplicação ingênua dos princípios do neoliberalismo, de liberdade absoluta para as empresas as quais, aliás, levaram o mundo à maior crise econômica e social de sua História: a crise de 2007. E agora, Estados europeus, pela política de austeridade (naturalmente, não para os bancos) que ressuscita o neoliberalismo, atacam vigorosamente a legislação social, propagam o desemprego e agravam as disparidades de renda e de riqueza. Mas isto é tema para outro artigo.

12. Assim, neste embate entre duas visões, concepções, de política econômica, a aplicação da primeira política, a do neoliberalismo, levou à ampliação da diferença de renda entre os países da América do Sul e os países altamente desenvolvidos nos últimos vinte anos até a crise de 2007. Por outro lado, é a aplicação de políticas econômicas semelhantes, que preveem explicitamente a ação do Estado, que permitiu à China crescer à taxa média de 10% a/a desde 1979 e que farão que a China venha a ultrapassar os EUA até 2020. Ainda assim, há aqueles que na periferia não querem ver, por interesse ou ideologia, a verdadeira natureza da economia internacional e a necessidade da ação do Estado para promover o desenvolvimento. Nesta economia internacional real, e não mitológica, é preciso considerar a ação da maior Potência.

13. A política econômica externa dos Estados Unidos, a partir do momento em que o país se tornou a principal potência industrial do mundo no final do século XIX e em especial a partir de 1945, com a vitória na Segunda Guerra Mundial, e confiante na enorme superioridade de suas empresas, tem tido como principal objetivo liberalizar o comércio internacional de bens e promover a livre circulação de capitais, de investimento ou financeiro, através de acordos multilaterais como o GATT, mais tarde OMC, e o FMI; de acordos regionais, como era a proposta da ALCA e de acordos bilaterais, como são os tratados de livre comércio com a

Colômbia, o Chile, o Peru, a América Central e com outros países como a Coreia do Sul. E agora as negociações, altamente reservadas, da chamada Trans-Pacific Partnership - TPP, a Parceria Transpácífica, iniciativa americana extremamente ambiciosa, que envolve a Austrália, Brunei, Chile, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã, e eventualmente Canadá, México e Japão, e que, nas palavras de Bernard Gordon, Professor Emérito de Ciência Política, da Universidade de New Hampshire, “adicionaria bilhões de dólares à economia americana e consolidaria o compromisso político, financeiro e militar dos Estados Unidos no Pacífico por décadas”. O compromisso, a presença, a influência dos Estados Unidos no Pacífico isto é, na Ásia, no contexto de sua disputa com a China. A TPP merece um artigo à parte.

14. Através daqueles acordos bilaterais, procuram os EUA consagrar juridicamente a abertura de mercados e obter o compromisso dos países de não utilizar políticas de desenvolvimento industrial e de proteção do capital nacional. Não desejam os Estados Unidos ver o desenvolvimento de economias nacionais, com fortes empresas, capazes de competir com as megaempresas americanas, por razões óbvias, entre elas a consequente redução das remessas de lucros das regiões periféricas para a economia americana. Os lucros no exterior são cerca de 20% do total anual dos lucros das empresas americanas!

15. Nas Américas, a política econômica dos Estados Unidos teve sempre como objetivo a formação de uma área continental integrada à economia americana e liderada pelos Estados Unidos que, inclusive, contribuisse para o alinhamento político de cada Estado da região com a política externa americana em seus eventuais embates com outros centros de poder, como a União Européia, a Rússia e hoje a China.

16. Assim, já no século XIX, em 1889, no mesmo ano em que Deodoro da Fonseca proclamou a República, na Conferência Internacional Americana, em Washington, os Estados Unidos propuseram a criação de uma união aduaneira continental. Esta proposta, que recebeu acolhida favorável do Brasil, no entusiasmo pan-americano da recém-nascida república, foi rejeitada pela Argentina e outros países.

17. Com a I Guerra Mundial, a Grande Depressão, a ascensão do nazismo e a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos procuraram estreitar seus laços econômicos com a América Latina, aproveitando, inclusive, a derrota alemã e o retraimento francês e inglês, influências históricas tradicionais.

18. Em 1948, na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, propuseram novamente a negociação de uma área de livre comércio nas Américas; mais tarde, em 1988, negociaram o acordo de livre comércio com o Canadá, que seria transformado em Nafta com a inclusão do México, em 1994; e propuseram a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, em 1994.

19. A negociação da ALCA fracassou em parte pela oposição do Brasil e da Argentina, a partir da eleição de Lula, em 2002 e de Kirchner, em 2003 e, em parte, devido à recusa americana de negociar os temas de agricultura e de defesa comercial, o que permitiu enviar os temas de propriedade intelectual, compras governamentais e investimentos para a esfera da OMC, o que esvaziou as negociações.

20. O objetivo estratégico americano, todavia, passou a ser executado, agora com redobrada ênfase, através da negociação de tratados bilaterais de livre comércio, que concluíram com o Chile, a Colômbia, o Peru, a América Central e República Dominicana, só não conseguindo o

mesmo com o Equador e a Venezuela devido à eleição de Rafael Correa e de Hugo Chávez e à resistência do Mercosul às investidas feitas junto ao Uruguai.

21. Assim, a estratégia americana tem tido como resultado, senão como objetivo expresso, impedir a integração da América do Sul e desintegrar o Mercosul através da negociação de acordos bilaterais, incorporando Estado por Estado na área econômica americana, sem barreiras às exportações e capitais americanos e com a consolidação legal de políticas econômicas internas, em cada país, nas áreas de propriedade intelectual, compras governamentais, defesa comercial, investimentos, em geral com dispositivos chamados de OMC – Plus, mais favoráveis aos Estados Unidos do que aqueles que conseguiram incluir na OMC, que, sob o manto de ilusória reciprocidade, beneficiam as megaempresas americanas, em especial neste momento de crise e de início da competição sino-americana na América Latina.

22. Na execução deste objetivo, de alinhar econômica, e por consequência politicamente, toda a América Latina sob a sua bandeira contam com o auxílio dos grupos internos de interesse em cada país que, tendo apoiado a ALCA no passado, agora apoiam a negociação de acordos bilaterais ou a aproximação com associações de países, tais como a Aliança do Pacífico, que reúne países sul-americanos e mais o México, que celebraram acordos de livre comércio com os EUA.

23. Hoje, o embate político, econômico e ideológico na América do Sul se trava entre os Estados Unidos da América, a maior potência econômica, política, militar, tecnológica, cultural e de mídia do mundo; a crescente presença chinesa, com suas investidas para garantir acesso a recursos naturais, ao suprimento de alimentos e de suas exportações de manufaturas e que, para isto, procuram seduzir os países da América do Sul e em especial do Mercosul com propostas de acordos de livre comércio; e as políticas dos países do Mercosul, Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai e Paraguai que ainda entretêm aspirações de desenvolvimento soberano, pretendem atingir níveis de desenvolvimento social elevado e que sabem que, para alcançar estes objetivos, a ação do Estado, i.e. da coletividade organizada, é essencial, é indispensável.

Descaminhos do Mercosul. Celso Lafer - O Estado de São Paulo. 19/08/2012

Num Estado Democrático de Direito cabe submeter a análise da ação política, nela incluída a diplomática, não apenas a juízos de eficiência e de oportunidade, mas também ao juízo da sua conformidade em relação às normas jurídicas vigentes. A relevância do juízo sobre a conformidade jurídica está ligada à aferição da dimensão democrática de um governo, no qual o poder é exercido de acordo com as leis, e não em função dos instáveis caprichos dos governantes. A justificação para a suspensão da participação do Paraguai no Mercosul foi a aplicação da cláusula democrática. Por isso faz todo o sentido a avaliação jurídica do que se passou e seus desdobramentos.

A incorporação da Venezuela ao Mercosul sem a aprovação do Paraguai é uma ilegalidade. Fere frontalmente, como já expus (Folha de S.Paulo, 4/7), o acordado no Tratado de Assunção (artigo 20) e no Protocolo de Outro Preto (artigo 23).

Neste artigo vou examinar outra faceta da não conformidade com as normas jurídicas decorrentes dos procedimentos da aplicação do Protocolo de Ushuaia, que trata da cláusula democrática do Mercosul. Estabelece o artigo 4.º desse protocolo que, "no caso de ruptura da

ordem democrática em um Estado Parte do presente Protocolo, os demais Estados Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado".

As consultas com o Paraguai não foram realizadas. A ausência dessas consultas é um fato grave e configura uma quebra do devido processo legal. Com efeito, no caso específico, o argumento da ruptura democrática no Paraguai tem como base a celeridade do processo de impeachment do presidente Fernando Lugo, que não teria tido tempo suficiente para preparar a sua defesa nesse processo, conduzido pelo Legislativo paraguaio. Esse processo, no entanto, foi considerado válido pelo Judiciário do Paraguai e em consonância com as normas constitucionais do Paraguai e sua legislação infraconstitucional, relacionada a um juízo político sobre a destituição do cargo de presidente por mau desempenho de sua função.

Nesse contexto se impunham substantivamente as consultas com o Paraguai como passo prévio para a aplicação de uma suspensão de sua participação no Mercosul. Explico-me. A consulta é um mecanismo clássico do Direito Internacional e tem como objetivo a troca de opiniões, no caso, ex vi do artigo 4.º do Protocolo de Ushuaia, entre o Paraguai e a Argentina, o Brasil e o Uruguai sobre uma controvérsia em torno da existência de ruptura da ordem democrática. A função da consulta em geral e neste caso específico tem como objetivo embasar uma avaliação jurídica sobre a existência ou não de uma ruptura da ordem democrática por meio da intelligence gathering, seja pela organização e seleção de informação pertinente, seja pela possibilidade de aprender o relevante para compreender a situação que levou ao impeachment no âmbito do ordenamento jurídico paraguaio. Neste caso, essa função da consulta era uma exigência indispensável, pois a avaliação da ruptura da ordem democrática no Paraguai desconsiderou a avaliação feita pelo Legislativo e pelo Judiciário do país, que não a consideraram como tal. Por essa razão, não foi inequívoca a ruptura da ordem democrática e, por isso mesmo, a afirmação da sua ocorrência precisaria ter sido bem fundamentada, o que não se verificou.

Daí, num juízo jurídico sobre a ação política da Argentina, do Brasil e do Uruguai, a conclusão de que a suspensão do Paraguai do Mercosul não obedeceu ao iter do devido procedimento legal previsto pelo Protocolo de Ushuaia. Também a decisão da suspensão, para não se caracterizar como arbitrária, precisaria ser fundamentada, levando em conta, com base nas consultas que não se realizaram, as características de funcionamento da divisão dos Poderes e das normas constitucionais do Paraguai, tal como alegado pelo país. Em síntese, a decisão da suspensão, tal como foi tomada, fere o devido processo legal inerente aos direitos humanos no plano internacional, agravado por um desrespeito específico ao princípio de não intervenção.

O princípio de não intervenção é um princípio consagrado do Direito Internacional Público e foi constitucionalizado como um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (artigo 4.º, IV, da Constituição federal). No caso do Protocolo de Ushuaia, o desrespeito a esse princípio cria um precedente grave. Com efeito, a avaliação da condição democrática de um país é complexa. Envolve tanto a degeneração do poder democrático por falta de título para o seu exercício, que é o que ocorre com um golpe de Estado, quanto a degeneração proveniente do abuso no seu exercício, que se verifica, por exemplo, pelo desrespeito aos direitos humanos, à independência do Judiciário e à do Legislativo. Por isso, uma decisão sem elaboração e fundamentação caracteriza arbítrio na aplicação da sanção de suspensão, arbítrio incompatível com a importância das normas inerentes à concepção do Mercosul.

Em conclusão, não estão em conformidade com as normas jurídicas que disciplinam esses assuntos tanto a decisão de suspender o Paraguai das atividades do Mercosul quanto a deliberação subsequente dela derivada, de a ele incorporar a Venezuela, que o Brasil respaldou. Essas decisões ilegais terão consequências substantivas de política externa. Tendem a transformar o Mercosul numa plataforma para objetivos políticos, comprometedoras de um projeto originalmente voltado para o potencial de uma integração econômica entre países vizinhos, empenhados em administrar e solucionar tensões e rivalidades regionais. Para o Brasil trata-se de uma ação diplomática imprudente, comprometida por imperícia jurídica, que terá reverberações negativas, dada a profundidade do nosso relacionamento com o Paraguai, de que são exemplos a binacional Itaipu e o tema dos brasiguaios

Missão técnica do Brasil e Paraguai se reúne na fronteira. Mônica Bidese – Site do MAPA. 21/08/2012

Objetivo do encontro é fortalecer e apontar medidas e futuras atuações conjuntas para minimizar os riscos contra a aftosa

Representantes do Brasil e do Paraguai voltaram a sentar à mesa para avaliar as ações executadas pelo Paraguai, após o registro de dois focos de febre aftosa, em setembro do ano passado e janeiro deste ano. Ficou acertado que, no mês de outubro, técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Governo paraguaio, bem como das regiões de fronteira com aquele país, compreendida entre os municípios de Porto Murtinho (MS) e Mundo Novo (MS), do lado brasileiro, Carmelo Peralta e Salto Del Guairá, do lado paraguaio e Salto Del Guairá Peralta, também do lado paraguaio, mas ao Norte, visitarão a região para averiguar e discutir questões específicas relativas às ações na zona de fronteira. A reunião que definiu a ida do grupo brasileiro à região ocorreu, em Brasília, nesta segunda-feira, dia 20 de agosto.

A atividade é uma sequência do acordo assinado no mês de março deste ano entre os países e que prevê ações conjuntas na área de fronteira. “A política do Governo é a de aproximação com os países vizinhos e a expectativa é de avançarmos nas ações de cooperação com o Paraguai”, ressaltou o titular da Secretaria de Defesa Animal (SDA), Enio Marques. Durante o encontro, na secretaria, foram avaliadas as ações entre os dois países desenvolvidas na região, como as supervisões conjuntas da vacinação contra a febre aftosa nas propriedades definidas previamente pelas unidades veterinárias de ambos os países, com prioridade nas propriedades de maior risco, a harmonização dos critérios para identificar as propriedades de maior risco e compartilhar a informação entre as unidades veterinárias locais.

O diretor do Departamento de Saúde Animal da SDA, Guilherme Marques, salientou as ações que o Brasil vem executando no país vizinho com o objetivo de fortalecer a prevenção. Ele ressaltou também que os dois países devem se esforçar para buscar o fortalecimento do Serviço Pecuário Oficial do Paraguai (Senacsa). Técnicos da SDA apresentaram aos representantes paraguaios o trabalho executado pelo Brasil nos estados do Nordeste e Pará com o objetivo de incluir mais 22 milhões de bovinos na atual zona livre de febre aftosa com vacinação no próximo ano.

O presidente do Senacsa, Hugo Idoyaga, destacou a importância das discussões com o Brasil e comentou que o trabalho cooperativo com o país fará com que o Paraguai avance nas questões

sanitárias e comerciais. Na oportunidade, Idoyaga encaminhou oficialmente pedido de abertura do mercado brasileiro para a comercialização de carne maturada e desossada de bovinos procedente do Departamento de São Pedro, no Paraguai. O ministério mostrou-se favorável, desde que o Senacsa repasse informações adicionais ao Brasil e, posteriormente, seja feita uma auditoria *in loco* pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal do Mapa.

Argentina vive guerra comercial na OMC. Assis Moreira e César Felício – Valor Econômico. 22/08/2012

A Argentina está no centro das novas disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC), em pleno verão europeu, quando normalmente quase nada acontece, ilustrando a crescente tensão entre Buenos Aires e parceiros por causa de medidas protecionistas.

Após ter denunciado a União Europeia (UE) na segunda-feira por bloquear suas exportações de biodiesel, a Argentina foi alvo ontem de acusação dos EUA e do Japão de uso generalizado de licenças não automáticas de importação e outras barreiras protecionistas. Pouco depois, o governo de Cristina Kirchner deixou claro que vai retaliar com uma denúncia contra os EUA, explicitando o clima de guerra comercial.

Para Washington e Tóquio, as ações argentinas "restringem importações de mercadorias e discriminam entre produtos importados e nacionais", na prática fazendo um filtro nas compras externas.

Em geral, um país abre denúncia na OMC por dois motivos. O primeiro é quando seus exportadores têm prejuízo evidente pela medida do parceiro. O outro motivo é o efeito demonstração. Não é necessariamente pelo prejuízo grave com a medida protecionista, mas sim o fato de violar tão claramente as regras internacionais que a inação pode dar a impressão de aceitação e estimular outros a fazer o mesmo.

No caso da Argentina, os dois motivos se unem. Normalmente, um país não dá licença automática de importação quando suspeita, por exemplo, de subfaturamento de um produto ou de fraude na documentação de origem, quando uma mercadorias busca escapar de direito antidumping ou entrar como vinda de um outro país.

Ou seja, pode-se não dar licença automática por uma série de razões, mas isso não pode ser uma política. Parceiros industrializados acusam a Argentina justamente de ter adotado a medida não de maneira pontual, mas para todo seu comércio exterior em "apoio de políticas de reindustrialização, de substituição de importações e para eliminar déficit da balança comercial definidas pelo governo".

A UE foi a primeira a denunciar a Argentina na OMC por causa de licença não automática, em maio. Os parceiros reclamam que o país não só condiciona a importação de certas mercadorias a diferentes tipos de licenças, como exige do importador que limite suas compras no exterior, procure equilibrar o volume com as exportações, investir para aumentar suas instalações de produção na Argentina, aumentar o teor de conteúdo local nos produtos que fabrica no país, além de controlar preços e não transferir lucros para o exterior.

O superávit comercial da Argentina alcançou US\$ 7,3 bilhões no primeiro semestre, alta de 26% sobre o mesmo período do ano passado. As exportações caíram 1% em valor, ficando em

US\$ 39,6 bilhões. As importações caíram 6%, recuando para R\$ 32,3 bilhões. Apesar de barreiras não tarifárias nas importações, a compra de energia do exterior continuou subindo, até 75% no primeiro semestre.

Na segunda-feira fora a vez de a Argentina abrir disputa contra a UE envolvendo por supostas restrições europeias na importação de biodiesel argentino. O governo argentino acusa a Espanha de ter imposto nova regulação em abril que na prática discrimina o biodiesel importado da Argentina em favor daquele produzido na UE.

Segundo os argentinos, essa medida tira o seu produto completamente do mercado europeu.

A medida da Espanha foi vista como uma retaliação contra restrições argentinas para suas multinacionais, em especial a estatização da YPF, que pertencia à Repsol.

As disputas envolvendo a Argentina entram agora em fase de consultas. Os parceiros serão chamados a discussões num prazo de 60 dias. Se não houver alguma solução mutuamente satisfatória, os casos vão para os juízes e podem terminar com autorizações de retaliações, num longo processo que não demora menos de dois anos.

O caso argentino vai chamar atenção sobre outros parceiros. Já houve reclamações contra o Brasil, por não dar licenças automáticas para a entrada de têxteis. Mas o governo brasileiro alega que foram situações pontuais.

**Itaipu: imperialismo às avessas. Claudio Sales – Folha de São Paulo, Opinião.
24/08/2012**

É bravata dizer que o Acordo de Itaipu é ruim ao Paraguai. O país só ganha com ele: energia de graça e receitas milionárias, sem nenhum aporte de recurso

O novo presidente paraguaio, Federico Franco, declarou não estar disposto a vender o excedente de energia de Itaipu, dando a entender que a cede de graça ao Brasil.

Bravatas assim perpetuam a falsa noção de que o Tratado de Itaipu é desvantajoso ao Paraguai. A reação do governo brasileiro ao falatório foi de desdém. Não deveria ser. O governo deveria esclarecer a brasileiros e paraguaios sobre os fatos.

O Tratado de Itaipu foi a forma encontrada pelos países para viabilizar a divisão equânime da usina.

Como o Paraguai não teria demanda para consumir a sua metade da energia, o Brasil se comprometeu a adquirir toda a energia excedente. Assegurou-se assim o fluxo financeiro para Itaipu quitar os financiamentos que viabilizaram sua construção.

Tal arranjo vigora até 2023, quando se prevê a amortização dos investimentos na usina. Então, o Paraguai será detentor, sem qualquer ônus, de 50% da usina, cujo valor alguns estimam em US\$ 60 bilhões.

O governo deveria explicar que a tarifa é definida pelo custo de cobrir os financiamentos e custos operacionais dividido pela "energia garantida", o que resulta, em 2011, numa tarifa de US\$ 43,80/MWh.

A partir dessa estrutura básica, Itaipu dá benefícios adicionais ao Paraguai que são relevantes.

O primeiro decorre da "remuneração por cessão onerosa", que o Brasil paga ao Paraguai, no valor de US\$ 8,40/MWh, que se soma ao custo da "energia garantida" vinculada à essa potência contratada (US\$ 43,80/MWh). Somando esses dois componentes, verifica-se que o Paraguai vende ao Brasil a energia pelo valor de US\$ 52,20/MWh.

A energia não é barata. Considerando o câmbio, o valor pago pelo Brasil pela energia proveniente do Paraguai já supera R\$ 100,00/MWh, mais caro do que a energia de vários novos empreendimentos contratados em leilões de energia.

O segundo decorre de que, na maioria dos anos, a energia gerada pela usina é maior do que a "garantida", sendo que essa "energia adicional" é comercializada pelo seu custo operacional de US\$ 5,70/MWh. Embora a "energia adicional" devesse ser repartida entre os dois países proporcionalmente à sua respectiva potência contratada, Itaipu tem priorizado sua disponibilização ao Paraguai.

Isso fez com que o custo médio da energia consumida pelo Paraguai em 2011 fosse de US\$ 29,07/MWh, contra US\$ 37,74/MWh pagos pelo Brasil (sem considerar a "remuneração por cessão de energia").

O Paraguai busca atrair indústrias eletrointensivas, mas não tem conseguido termos melhores do que a venda ao Brasil. A imprensa noticiou que há negociações com a Rio Tinto Alcan para a instalação de uma planta de alumínio. O preço pedido pela empresa seria ao redor de US\$ 35/MWh, o que -como bem diz a vice-ministra de energia, Mercedes Canese- representaria um subsídio, pois é inferior aos US\$ 52,20/MWh pagos pelo Brasil pela energia paraguaia que consome.

O Paraguai tem razão de buscar direcionar uma parcela maior da energia de Itaipu para o consumo interno. O país carece de suprimento, mas a falta de infraestrutura para escoar a energia é um entrave.

Até nisso, os seus vizinhos tem sido generosos. Através do Fundo de Convergência de Infraestrutura do Mercosul (Focem), Brasil (com 70%), Argentina e Uruguai estão financiando uma linha de transmissão de 500 kV para permitir o aproveitamento da energia de Itaipu.

O governo também deveria destacar que além de suprir 8.036 GWh de energia ao país, Itaipu proporcionou uma receita líquida aos paraguaios de US\$ 319 milhões em 2011. E isso não é uma exceção; todos os anos têm sido assim.

O Paraguai só tem ganhado com Itaipu: energia de graça, receitas milionárias e sem envolver qualquer aporte de recurso. Parece um negócio da China. Mas não é. Trata-se de um negócio do Paraguai com o Brasil. Trata-se do Tratado de Itaipu.

Alemanha quer aprofundar as relações agrícolas com o Brasil – Site da CNA. 28/08/2012

A ministra da Alimentação, Agricultura e Proteção ao Consumidor da Alemanha, Ilse Aigner, está no Brasil desde domingo para discutir o aumento dos preços dos alimentos no mundo e

seus efeitos sobre a fome em países em desenvolvimento. A viagem servirá também para aprofundar as boas relações agrícolas e comerciais entre os dois países.

Em relação à alta na cotação das commodities agrícolas, Aigner disse que os ministros da Agricultura dos países do G-20 esperam que a produção, especialmente nas nações em desenvolvimento, aumente e que as perdas nas colheitas sejam minimizadas. O principal fator para a disparada de commodities como milho e soja, lembrou, foram as severas perdas em lavouras dos EUA, devido a uma seca "devastadora", e o clima desfavorável também em outros importantes produtores do mundo.

"Com o sistema de informação do mercado agrícola [AMIS] que criamos no grupo do G-20, também alcançamos rapidamente um bom instrumento, capaz de trazer mais transparência aos mercados das diferentes regiões do mundo", disse.

Ela se reuniu ontem com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, para discutir a ampliação da cooperação agropecuária entre Brasil e Alemanha. Com o ministro e com a Embrapa, afirmou, o objetivo é costurar "novos projetos de cooperação bilateral e trilateral no campo da pesquisa agrícola e da formação profissional".

Aigner quer identificar novos projetos de cooperação no campo da educação e formação e pesquisa agrícola. Ao Valor, ela elogiou a qualidade dos produtos brasileiros e disse que são "muito respeitados" na Alemanha. Em 2011, o país importou u20ac 3,7 bilhões em produtos agrícolas nacionais.

Como exemplo, citou, o grupo bilateral "Agribusiness e Inovação", vinculado à Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em São Paulo, "desenvolve um excelente trabalho". "Desde dezembro de 2010, a Confederação Alemã de Cooperativas [DGRV, na sigla em alemão] e setor cooperativo do Rio Grande do Sul [sistema OCERGS / SESCOOP-RS] cooperam entre si, com o apoio do Ministério Federal da Agricultura".

Hoje, a ministra e sua delegação seguirão para a capital gaúcha, onde visitarão a Cooperativa Languiru com o objetivo de discutir o projeto de cooperação bilateral desenvolvido pela DGRV (Central de Cooperativas da Alemanha) e o Sescoop/RS.

Segundo a ministra, a agricultura brasileira desempenha hoje um importante papel na segurança alimentar e vai seguir desempenhando uma função central no setor, em função do crescimento da população mundial e das mudanças climáticas. "Hoje, precisamos fortalecer ainda mais o diálogo internacional sobre segurança global da oferta de alimentos e chegar a um acordo sobre objetivos comuns, como uma produção mais sustentável".

"Eu vejo muitas oportunidades para melhorar o comércio de alimentos com o Brasil e incentivar a cooperação de novos negócios. Mas empresários, importadores e exportadores têm que querer atuar juntos. A primeira oportunidade será em 27 de agosto, em São Paulo, no Fórum Empresarial Brasil-Alemanha da Indústria Agroalimentar", concluiu a ministra.

Câmbio na OMC. Vera Thorstensen – Valor Econômico. 28/08/2012

Por mais de seis décadas, ao longo da história do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), o tema câmbio e comércio despertou, e ainda desperta, acalorados debates. Para muitos, a instituição internacional responsável pela supervisão do câmbio é o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado, juntamente com o Banco Mundial e o Gatt, na década de 1940. Com a produção e o comércio

globalizados, no entanto, desalinhamentos cambiais passaram a fazer parte da estratégia comercial. E, como tal, passam a ser assunto também da OMC.

Quando o Brasil levantou o tema do câmbio na OMC, algumas vozes se insurgiram contra a iniciativa. Uns alegam que ela seria apenas uma manobra para esconder os verdadeiros problemas do País, como altas taxas de juros, de impostos e custos de infraestrutura. Outros temem que o feitiço possa voltar-se contra o Brasil. Essas são visões estreitas. Na verdade, desde 1980, em ciclos, o número de anos em que o câmbio do Brasil esteve desvalorizado é o mesmo em que esteve valorizado. A questão do câmbio não afeta só o Brasil. Ela é sistêmica.

Com o desmoronamento do padrão-ouro nos anos 1970, os países passaram a praticar regimes mais ou menos livres de flutuação. Mas um dado é evidente: no comércio, câmbio desvalorizado representa subsídio direto às exportações e câmbio valorizado significa a redução ou anulações das tarifas negociadas na OMC.

Já existem diversas metodologias para estimar desalinhamentos cambiais a partir de seu equilíbrio teórico. Tal equilíbrio é baseado nos fundamentos da economia e pode ser calculado por meio de sofisticados modelos econométricos de séries de tempo e painéis. O próprio FMI, que há anos calcula tais desalinhamentos, vem divulgando intervalos dessas variações. A análise dos dados demonstra que, ao longo dos anos, vários países vêm mantendo desvalorizações significativas e persistentes, o que tem causando graves impactos nos instrumentos de comércio regulados pela OMC.

Para analisar o tema a fundo a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV) criou o Observatório de Câmbio e vem calculando desalinhamentos cambiais utilizando diversas metodologias. As estimativas demonstram que dentre os países que apresentam moedas desvalorizadas temos Estados Unidos, com -10% em 2010 e -14% em 2011; China, com -20% em 2010 e -11% em 2011; Hong Kong, Coreia do Sul, Índia, Malásia, Indonésia e todo o bloco do Sudeste da Ásia seguindo o mesmo padrão de desvalorização. Dentre os países com moedas valorizadas temos o Brasil, com +30% em 2010 e +40% em 2011, caindo para +15% após a intervenção do início do ano; Reino Unido, que não pertence à zona do euro, com 24% em 2010 e 26% em 2011; Austrália, Argentina, Uruguai e África do Sul seguem o mesmo padrão. A zona do euro também apresenta desalinhamentos significativos, com Grécia, Holanda e Espanha valorizados e Alemanha, França e Finlândia desvalorizados.

Se transformarmos em tarifas os desalinhamentos apresentados, num exercício de tarifação do câmbio, a conjugação de desalinhamentos bilaterais é significativa. Países desvalorizados estão subsidiando suas exportações, o que pode ferir as regras do Gatt (artigo XV), e também praticando tarifas acima das consolidadas, contra as regras do Gatt (artigo II). Já os países valorizados, dependendo do nível praticado, estão anulando todas as tarifas aplicadas e mesmo oferecendo incentivo às importações de países desvalorizados.

Enquanto as grandes potências econômicas - tradicionais, emergentes e imergentes - discutem sobre a governança global, toda a estrutura de regras do comércio é erodida por políticas cambiais sem controle. Os membros da OMC passaram dez anos discutindo reduções tarifárias na Roda Doha, que viraram pó diante dos níveis de desalinhamentos praticados. Autoridades de comércio passam anos investigando práticas de dumping e subsídios para aplicarem direitos de defesa que são distorcidos diante dos desalinhamentos existentes. Os acordos preferenciais negociam desmantelamentos tarifários que são reerguidos pelo câmbio, bem como regras de origem baseadas em valor agregado, que se esfumaçam na fronteira.

Afirmar categoricamente que câmbio não é assunto da Organização Mundial do Comércio é demonstrar desconhecimento das bases da própria OMC. O tema câmbio esteve explicitamente presente em toda a criação das organizações de Bretton Woods. Regras sobre câmbio e comércio estão bem claras no artigo IV do FMI e no artigo XV do Gatt. Em 1980 foram a base dos Guideliness sobre taxas de câmbio que renegociaram tarifas de vários países que enfrentaram problemas com o fim do padrão-ouro. O que falta é coragem política para usá-las.

O mundo atual vive uma fase de profunda desgovernança. Preservar as regras do comércio é imprescindível ao momento atual. O câmbio afeta diretamente o comércio e flutuações de câmbio são esperadas. Mas o FMI não pode impedir que a OMC negocie regras que anulem as distorções do câmbio quando forem significativas e persistentes.

O Brasil tem, sim, todo o direito de levantar na OMC a discussão de novas regras que permitam que tarifas, direitos antidumping, antissubsídios ou salvaguardas, quando aplicados, tenham dentes para defender os interesses do País e não sejam inutilizados diante de desalinhamentos manipulados.

O problema atinge todos os membros da Organização Mundial do Comércio. Ou o câmbio entra na OMC para preservar a sua eficácia, ou a OMC se transforma em mais uma ficção jurídico-diplomática, com regras de papel alienadas de toda realidade econômica.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa